EAPN Portugal / Rede Europeia Anti Pobreza

Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa

Plano de Desenvolvimento Social de Lisboa 2013-2015

Referencial Estratégico para monitorização do desenvolvimento social de Lisboa

Documento realizado para:

Índice

1. Referencial Estratégico - Enquadramento 3

2. Referencial Estratégico – Operacionalização 4

3. Referencial Estratégico - Desenvolvimentos 8

4. Referencial Estratégico - conclusões 68

Anexos ……..……66

1. Referencial Estratégico - Enquadramento

A Rede Social de Lisboa no sentido de melhor prosseguir a sua missão elaborou em 2012 um Plano de Desenvolvimento Social (PDS) com o objectivo de enquadrar a acção social no concelho entre 2013 e 2015, tendo como finalidade a promoção da coesão social em Lisboa. Para a prossecução deste objectivo estratégico foram definidos cinco desafios orientadores da acção do PDS:

Ilustração 1. Visão Estratégica Lisboa

Para o cumprimento desta missão e dos seus cinco desafios a Rede Social de Lisboa definiu 28 acções, identificadas na sua Agenda Estratégica. Para 17 destas actividades foram criados Grupos de Missão, cada um das quais coordenado por uma entidade responsável pela constituição do Grupo e seu funcionamento.

É na sequência desta decisão que surge o convite dirigido à EAPN Portugal/Rede Europeia Anti Pobreza, através do Observatório de luta contra a Pobreza na cidade de Lisboa, para coordenar os trabalhos relativos ao Grupo de Missão responsável pela actividade formalmente denominada **"*Elaboração do referencial estratégico para monitorização do desenvolvimento social de Lisboa de suporte à visão do Plano de Desenvolvimento Social (PDS)*"**.

Se bem que integrada no *Desafio 5. Cidade das Redes de Inovação Social*, esta actividade exige claramente uma abordagem transversal, abrangendo dimensões ligadas a todos os cinco Desafios atrás referidos. Mais ainda, deve estar fortemente focada na missão mais abrangente que se coloca à Rede Social, para a qual todos os desafios contribuem: a promoção da coesão social na cidade de Lisboa, tendo como pano de fundo a luta contra a pobreza e exclusão social.

2. Referencial Estratégico – Operacionalização

A função deste Referencial é a monitorização de alterações de fundo estruturais, que se verifiquem no que respeita à procura da coesão social na cidade, assegurada através da sinalização de uma bateria de indicadores de referência que permita facilitar e melhorar a auto-avaliação e fomentar a (re) definição de actividades, prioridades e medidas de política.

A monitorização desta bateria de indicadores permite avaliar os impactos das acções desenvolvidas no conjunto da Rede Social e, em simultâneo, aferir de que modo a cidade enfrenta o desafio da inclusão social em consequência das acções de nível local mas também das políticas e medidas de âmbito nacional que se reflectem, inevitavelmente, na cidade. Neste sentido, deverá ter como objectivo constituir-se uma referência para:

- monitorizar e avaliar a evolução das condições sociais e económicas no concelho de Lisboa por referência a esse desafio central;

- avaliar a forma como a cidade enfrenta o desafio da inclusão social em consequência de acções de nível local mas também das políticas e medidas de âmbito nacional e europeu, contribuindo para a avaliação e definição de políticas e medidas nos três níveis;

- em consequência, fomentar o reforço, redefinição ou introdução de actividades e prioridades no decurso da vigência do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) 2013-2015 e na preparação do plano seguinte, e promover a sua articulação com outras intervenções estratégicas.

Tal só poderá ser conseguido através da monitorização de domínios-chave no âmbito da coesão social. Neste sentido, e tendo em conta a consensualização a nível europeu [1] no que se refere à análise da coesão social mas também as especificidades locais, definiram-se domínios de análise para os quais foram sinalizados um conjunto de indicadores capazes de permitir esboçar um primeiro retrato de cada uma das dimensões referidas, nomeadamente:

- acesso a um **rendimento** que assegure a aquisição de bens e serviços considerados aceitáveis numa dada comunidade (que pode ter origem no trabalho, na propriedade ou no sistema de segurança social);

- participação no **mercado de trabalho**, com os direitos consignados, assegurando não apenas uma fonte de rendimento mas também uma base de sustentação da auto-estima e do sentimento de utilidade;

- acesso à **educação / qualificação**, a um percurso educativo apropriado e à aprendizagem ao longo da vida, promovendo o acesso à sociedade do conhecimento e da informação;

- acesso à **saúde**, na medida em que uma saúde deficiente – por vezes resultante de más condições de vida, menor informação, menores recursos, menor capacidade de acesso - é um contributo determinante para a produção, manutenção ou agravamento de situações de pobreza e exclusão.

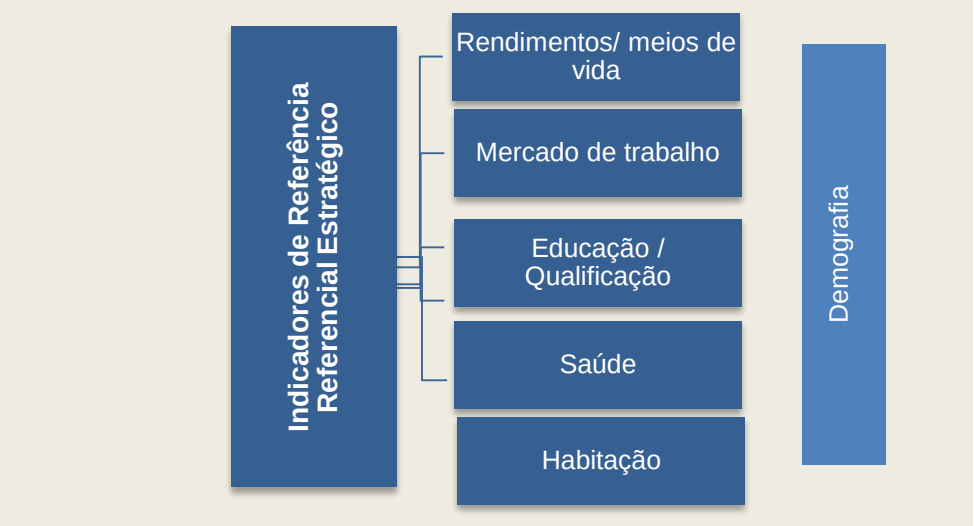
- usufruto de uma **habitação** digna, o que implica acesso à habitação e capacidade de a manter, num território digno, propiciador de relações que enriqueçam o capital social, o que

[1] É hoje consensual a definição de dimensões consideradas fulcrais na avaliação dos processos de inclusão social e que constituem base essencial para a promoção de uma cidadania plena, e que se encontram contempladas nos indicadores no domínio da pobreza e exclusão social utlizados na União Europeia (indicadores de Laeken, por exemplo) e que serviram de referência para a constituição dos domínios estratégicos contemplados no Referencial.

ultrapassa as políticas sociais de oferta de habitação e implica acções integradas de desenvolvimento dos territórios. [2]

A estes domínios agregou-se a demografia, área transversal que desempenha um papel fundamental na compreensão e contextualização da realidade socioeconómica da cidade de Lisboa.

Ilustração 2. Indicadores - Domínios de Referência



Atendendo a que a finalidade do Referencial Estratégico não é efectuar a caracterização de cada uma das áreas identificadas, mas sim monitorizar alguns dos seus indicadores de modo a avaliar as alterações que se verifiquem no que se refere à procura da coesão social na cidade de Lisboa, a sinalização dos indicadores evitou cair na tentação de compilar um conjunto vasto de informação, o que desvirtuaria o objectivo deste instrumento, focando-se antes na recolha de um número restrito de indicadores, mas com capacidade de responder ao propósito definido.

Os critérios na selecção dos indicadores seguiram assim este princípio, tendo ao mesmo tempo em conta outras características, nomeadamente, o **âmbito geográfico**, indo para além do nível concelhio com a perspectiva de o enquadrar relativamente à região de Lisboa e também a nível nacional; a **credibilidade e actualidade de informação**; a facilidade de aceder à mesma e a capacidade em **assegurar uma série cronológica** de dimensão suficiente para avaliar o seu desempenho e sensibilidade.

Tendo sido inicialmente definida como data mínima para este último critério o ano 2011, devido à elaboração dos Censos, optou-se por antecipar esta data para 2008, ano geralmente indicado como marco do início da crise internacional, permitindo acompanhar a evolução dos indicadores desde esse momento, passando por 2011, ano da assinatura do Programa de reajustamento económico e financeiro. Deste modo, esta série permite avaliar a informação disponível relativa ao concelho, à região e ao país, tendo em conta a crise e as medidas de austeridade que foram implementadas, processos de grande impacto sobre as condições socioeconómicas que se pretendem avaliar. Sempre que possível, a informação recolhida foi mesmo anterior a 2008, de

[2] Os **indicadores de Laeken** não contemplam o domínio da Habitação por reconhecimento por parte do Comité da Protecção Social, responsável pela sua elaboração, da dificuldade em encontrar indicadores comuns que possibilitem a comparabilidade entre os Estados-Membros. Mas houve acordo sobre a necessidade de os Planos Nacionais de Acção para a Inclusão Social contemplarem informação quantitativa nesta matéria no que se refere a (1) condições de habitação dignas, (2) custos de habitação e (3) pessoas sem-abrigo e noutras condições de habitação precária.

modo a caracterizá-la nos anos precedentes ao início da crise e avaliar a sua evolução nos anos posteriores.

O âmbito territorial e a periodicidade dos dados possibilitaram uma primeira categorização dos indicadores em três níveis: os ***indicadores de Nível 1, indicadores de Nível 2*** e os ***indicadores de Alerta***. No seu conjunto, estes indicadores permitirão acompanhar informação que remete para características estruturais, cujas mutações são normalmente lentas, se bem que determinantes, e, em simultâneo, dar conta de mudanças mais imediatas, as quais, mesmo sendo conjunturais, afectam fortemente a vida quotidiana dos indivíduos, famílias e comunidades.

Neste sentido, os indicadores de Nível 1, são aqueles que incluem informação directamente reportada ao concelho com periodicidade necessária ao acompanhamento da evolução de cada um dos domínios (no mínimo anual), e que, em simultâneo, sustentem a comparabilidade da situação local com outra de âmbito regional (AML, Distrito, Grande Lisboa, conforme os casos) e nacional (país ou continente, consoante as fontes).

Os indicadores de Nível 2 são aqueles que, apesar de não veicularem informação sobre o âmbito territorial desejado (concelho de Lisboa) ou com a periodicidade pretendida (no mínimo anual), são nucleares na caracterização do domínio no que se refere à promoção da coesão social, contribuindo para a sua compreensão e avaliação e assegurando, em paralelo, a comparabilidade com o desempenho a nível nacional (país ou continente) e internacional (Eurostat).

Os indicadores de alerta, por fim, serão aqueles que, fazendo ou não parte do conjunto dos indicadores de monitorização de nível 1, devido à sua sensibilidade e periodicidade, permitem detectar com actualidade alterações de conjuntura, o que implica a capacidade de assegurar a sua actualização trimestral.

Tabela nº 1: Critérios de categorização dos indicadores

Categoria	Âmbito	Periodicidade
Nível 1	municipal E regional E nacional	anual ou inferior a anual
Nível 2	regional E/OU nacional	anual ou superior
Alerta	no mínimo municipal	inferior a anual

A compilação desta informação deu origem à construção de **bases de dados** para cada um dos domínios de análise, com informação desagregada por indicador que se pretende que sejam regularmente actualizadas e de consulta livre (disponíveis no site do Observatório), e a **fichas de caracterização por domínio**, que expõem de forma sintética a informação disponível, permitindo analisar no tempo e no espaço a situação de cada um dos domínios.

Estas **Fichas por Domínio** apresentam-se de acordo com os seguintes critérios:

- Valores da série cronológica disponível;
- Variação ocorrida nesse período de tempo;
- Análise breve sobre a evolução desse indicador;
- Análise breve sobre a evolução do indicador no concelho de Lisboa, por comparação com o âmbito regional e nacional (no caso de não existir o indicador para os três territórios – Concelho, Região e País, não é efectuada esta análise);
- Indicação dos números de referência da série, isto é, dos valores que se destacam no período em análise e que deverão servir de referência a análises futuras.

Para esta análise optou-se pela conversão dos valores de cada indicador em "números índice simples" (rácio entre o valor da variável num determinado ano e o valor dessa variável no ano base), tendo sido definido o ano 2008 como ano base.

A transformação dos valores dos indicadores em números índice garante a sua uniformização, tornando a leitura mais simples e com possibilidades de comparabilidade, permitindo perceber a importância de cada indicador para o comportamento e evolução do índice de cada dimensão.

Quanto à ponderação do peso de cada indicador no Índice, decidiu-se a atribuição da mesma ponderação a todos os indicadores com base no Princípio da Razão Insuficiente defendida por Laplace, o qual defende que na ausência de uma razão suficiente para precisar em quanto um indicador é mais importante do que outro, a cada indicador deverá ser atribuída a mesma ponderação.

Tendo por base esta metodologia, no final de cada domínio é apresentada uma síntese do conjunto da informação veiculada por cada indicador, respeitante a cada ano, obtida pelo cálculo da média dos números índice, criando um valor índice de cada dimensão.

Uma nota para referir que a adopção da metodologia "números índice" foi transposta do projecto "Índice de Precariedade Social de Lisboa", desenvolvido pelo Observatório com a consultoria do Professor Carlos Farinha Rodrigues, que permitirá no futuro construir um índice de leitura rápida e acessível relativamente à coesão social da cidade.

Cálculo em números índice:

É necessário escolher um ano base (neste caso, 2008), que servirá de referência aos demais anos, e reduzir o seu valor a 100: **2008=100**

Para **indicadores cujo aumento do valor** representa uma melhoria do índice, o número índice obtêm-se pelo rácio do valor da variável no ano1 com o valor dessa variável no ano base: **(Ano1/Ano0)*100**

Para **indicadores cujo aumento do seu valor representa um agravamento** do valor do índice, procede-se à inversão do seu valor: **[(1/Ano1)/(1/Ano0)*100]**

A leitura da evolução dos números índices terá que ser feita do seguinte modo: quando os valores se afastam do valor 100 em sentido ascendente, significa que essa dimensão está a ter um comportamento positivo e, por isso, está a contribuir para uma melhoria da coesão social. Quando os valores decrescem, significa que a dimensão sofreu um agravamento provocando, consequentemente, regressão da coesão social.

No ano de 2014, após aprovação em Conselho Local de Acção Social (12 Março de 2014) do modelo proposto pelo Observatório de luta contra a Pobreza na cidade de Lisboa, deu-se início à fase de operacionalização do mesmo segundo os moldes aqui referidos.

Referencial Estratégico - Desenvolvimentos

Ao longo do processo de identificação e recolha de informação, vários contactos foram efectuados no sentido de solicitação de informação[3]. Contudo, enfrentaram-se alguns constrangimentos que limitaram a escolha de indicadores, entre os quais se destaca:

- a falta de dados com a série cronológica completa, sendo essencial tê-la para todos os indicadores escolhidos dados desde 2008 e garantir a sua actualização anual;

- a ausência de informação a nível concelhio, como é o caso, por exemplo, de informação relativa à Taxa de Desemprego, só disponível por região, tendo a sua falta sido minimizada com dados referentes aos desempregados inscritos nos centros de emprego;

- a participação efectiva e regular das fontes ou a sua falta de comprometimento,

- a dificuldade em isolar indicadores relevantes que digam directamente respeito ao objectivo central do PDS 2013-2015 e do Referencial Estratégico.

Tendo presente estas e outras limitações, no 1º semestre de 2014 foi possível reunir as condições que permitiram avançar na proposta de Referencial Estratégico, tendo sido apresentados os indicadores relativos às dimensões Rendimentos e meios de vida, Mercado de Trabalho, Educação e Habitação, e aos vários níveis definidos (Nível 1, Nível 2 e alerta).

Assim, em 2014 foram entregues dois relatórios - semestral e anual – com informação para cada indicador, tendo como análise mínima o período 2008-2012. Em alguns casos foi mesmo possível conseguir uma retrospectiva maior, tanto no que diz respeito ao ano de partida como ao último ano de análise, sendo possível alargar a observação até 2013.[4]

No relatório anual que aqui se apresenta foi efectuada uma actualização dos dados, introduzindo informação mais recente, sendo na maioria dos casos relativa ao ano 2014, e elaborada a respectiva análise. Uma chamada de atenção para o facto de a partir de 1 de Janeiro de 2015 ter entrado em vigor uma nova versão das NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS 2013) fazendo com que ao nível da NUTS II tivesse ocorrido uma alteração de designação em "Lisboa" que passou a ser designada por "Área Metropolitana de Lisboa". Por este motivo, onde se lê “Região de Lisboa”, à luz desta nova alteração, deverá entender-se “Área Metropolitana de Lisboa”.

Em relação à síntese por domínio, e pelo facto de não existir informação actualizada relativa a 2014 para alguns dos indicadores que incorporam o cálculo, nomeadamente para as dimensões “Rendimentos e Meios de Vida”, “Mercado de Trabalho” e “Habitação” esta análise não pôde ser actualizada, mantendo-se o intervalo temporal 2008-2012 como referência. Tal foi possível efectuar apenas para as dimensões “Educação” e “Demografia”.

No que diz respeito à dimensão da Saúde, os constrangimentos encontrados anteriormente, nomeadamente relacionados com séries cronológicas, âmbito territorial e mesmo identificação de indicadores pertinentes para a relação saúde vs coesão social, mantiveram-se em 2015. Contudo, e por se considerar ser de extrema relevância a incorporação desta área, foi tomada a decisão de criar, ainda que com diversas lacunas, uma Ficha de Domínio da Saúde.

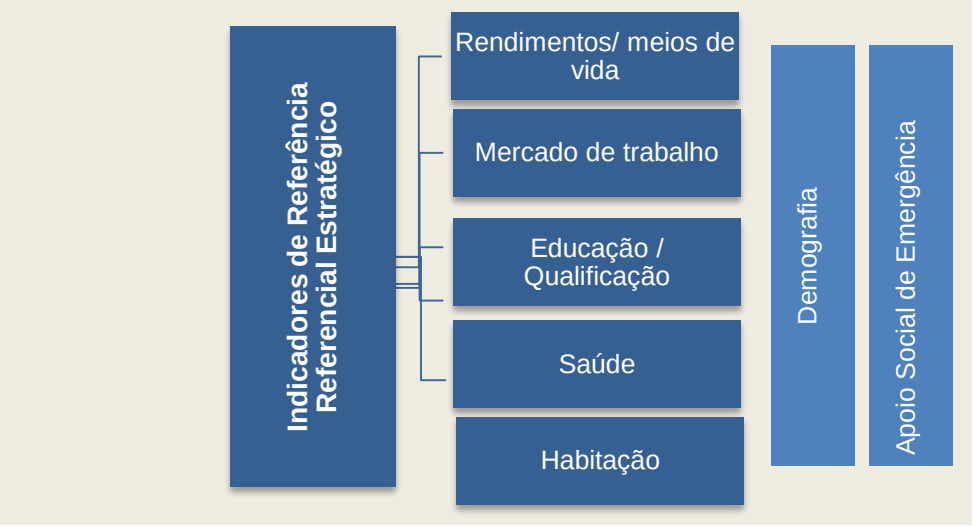
Foi igualmente considerada a introdução de uma nova área de análise, relacionada com indicadores que permitam efectuar um acompanhamento da dimensão “Apoio Social de Emergência”.

[3] Ver anexo com lista de contactos efectuados em 2014

[4] Em alguns casos, como o dos dados relativos aos inscritos nos centros de emprego, por exemplo, a recolha de informação é relativa a 2004, permitindo assim caracterizar os anos que precederam o início da crise e avaliar a sua evolução nos anos posteriores. Os indicadores derivados da recolha efectuada pelos censos, devido à sua periodicidade decenal, a informação mais recente é relativa ao ano 2011.

Como é referido mais à frente, apesar de o "Apoio Social de Emergência" não ser uma das dimensões que fazem parte da consensualização a nível europeu e mundial para a análise da coesão social, esta é uma vertente que se revela pertinente para o complemento da análise do nível de vulnerabilidade da população residente na cidade de Lisboa.

Ilustração 3. Indicadores - Domínios de Referência e áreas transversais



De seguida apresenta-se um quadro onde é possível verificar quais os indicadores que foi possível actualizar relativamente aos domínios seleccionados:

D. Rendimentos e Meios de Vida

Indicadores de Nível 1	
Subsídio de desemprego - beneficiários	última actualização: 2013
Subsídio de desemprego - valor processado	última actualização: 2013
Rendimento Social de Inserção - beneficiários	última actualização: 2014
Abono de família - beneficiários	última actualização: 2013
Abono de família – valor processado	última actualização: 2013
Complemento Solidário para Idosos – beneficiários	última actualização: 2012
Venda de automóveis ligeiros	última actualização: 2012
Indicadores de Nível 2	
Ganho médio mensal (€)	última actualização: 2012
IpC –Poder de compra concelhio	última actualização: 2011
Indicador de poder de compra per capita	última actualização: 2011
Indicadores de alerta	
Subsídios de desemprego - beneficiários	última actualização: 2013
Rendimento Social Inserção - beneficiários	última actualização: 2012

D. Mercado de Trabalho

Indicadores de Nível 1	
Nº estabelecimentos	última actualização: 2013
Nº pessoal ao serviço dos estabelecimentos	última actualização: 2013
Nº desempregados inscritos nos CE	última actualização: 2014
Nº despedimentos em processos colectivos	última actualização: 2014
Indicadores de Nível 2	
Taxa de emprego	última actualização: 2012
Taxa de desemprego	última actualização: 2011
Indicadores de alerta	
Nº despedimentos em processos colectivos	última actualização: 2014

Nº desempregados inscritos nos Centros de Emprego	última actualização: 2014

D. Educação

Indicadores de Nível 1	
Taxa bruta de escolarização ensino básico	última actualização: 2013/14
Taxa bruta de escolarização ensino secundário	última actualização: 2013/14
Taxa retenção e desistência ensino básico	última actualização: 2013/14
Taxa retenção e desistência ensino secundário	última actualização: 2013/14
Crianças inscritas na educação pré-escolar com apoio social escolar	última actualização: 2014/15
Alunos matriculados no 1º. Ciclo do ensino básico com apoio social escolar	última actualização: 2014/15
Indicadores de Nível 2	
Taxa de analfabetismo	última actualização: 2011
Taxa de abandono escolar	última actualização: 2011
Escolaridade da população residente	última actualização: 2011

D. Habitação

Indicadores de Nível 1	
Nº de pedidos de habitação municipal	última actualização: 2014
Corte de água efectuados/Nº avisos corte emitidos	última actualização: 2014
Consumo de gás butano	última actualização: 2012
Consumo de energia eléctrica por consumidor doméstico	última actualização: 2012
Indicadores de Nível 2	
Despesa anual média por agregado – habitação (%)	última actualização: 2010/11
Escalão do valor da renda dos alojamentos clássicos (%)	última actualização: 2011
Indicadores de alerta	
Corte de água efectuados/Nº avisos corte emitidos	última actualização: 2014

D. Demografia

Indicadores	
População residente	última actualização: 2014
Índice de Envelhecimento	última actualização: 2014
Índice Dependência Idosos	última actualização: 2014
Índice Dependência de Jovens	última actualização: 2014
Índice Longevidade	última actualização: 2014
Índice Renovação	última actualização: 2014

D. Saúde

Indicadores	
Dificuldades da população residente	última actualização: 2011
N.º de beneficiários com cartão de saúde - (SCML)	última actualização: 2013
Utentes do Serviço Nacional de Saúde inscritos nos Cuidados de Saúde Primários com insuficiência económica	última actualização: 2012

D. Apoio Social de Emergência

Indicadores	
Nº de pessoas apoiadas pelos serviços sociais da AMI	última actualização: 2014
N.º de atendimentos - Atendimento Social de Emergência - (SCML)	última actualização: 2014
Nº pessoas apoiadas pelo Banco Alimentar de Lisboa	última actualização: 2014
Nº de processos abertos (utentes novos) – Atendimento Social de Emergência da SCML	última actualização: 2014

FICHAS POR DOMÍNIOS

(série cronológica e análise)

Rendimento e Meios de Vida

Os indicadores de nível 1 referem-se, na sua maioria, a prestações sociais, consequência da dificuldade até agora sentida em recolher dados pertinentes de outro tipo com a periodicidade e âmbito geográfico necessários. Utiliza-se ainda um indicador que, do lado do consumo, pode revelar alterações das possibilidades económicas e de prioridades em termos de despesa da população: a venda de automóveis ligeiros de passageiros.

Os indicadores de nível 2 ajudarão a compreender e avaliar melhor a evolução deste domínio na cidade de Lisboa. O ganho médio mensal, informação oriunda dos Quadros de Pessoal, está disponível apenas com informação anual e com atrasos significativos na sua disponibilização. Os indicadores de poder de compra são estimados com periodicidade bienal, pelo que não reúnem condições, neste momento, para serem utilizados como indicadores de nível 1.

O número de beneficiários dos Subsídios de Desemprego e do Rendimento Social de Inserção serão os indicadores de alerta sinalizados para este domínio os quais, no entanto, em função da experiência dos últimos anos, deverão ser sempre lidos tendo em conta eventuais alterações aos seus regulamentos de acesso e manutenção na medida. A informação referente a cortes de água, que pode ser consultada na ficha Habitação, deverá complementar esta informação.

Na actualização dos dados efectuada não foi possível proceder à actualização de informação relativa aos indicadores “Subsídios de desemprego – beneficiários e valor processado”; “Abono de Família - beneficiários e valor processado” e Complemento Solidário para Idosos (Beneficiários), pelo facto de os Anuários Estatísticos 2014 ainda não se encontrarem disponíveis para consulta.

Rendimento e Meios de Vida

Indicadores de nível 1

Subsídios de desemprego - beneficiários
Subsídios de desemprego – valor processado
Rendimento Social Inserção - beneficiários
Abono de Família – Beneficiários
Abono de Família – Valor processado
Complemento Solidário Idosos
Venda de automóveis ligeiros

Indicadores de nível 2

Ganho médio mensal (€)
IpC –Poder de compra concelhio
Indicador de poder de compra per capita

Indicadores de alerta

Subsídios de desemprego - beneficiários
Rendimento Social Inserção - beneficiários

Rendimentos e Meios de Vida - Nível 1

Subsídios de desemprego - beneficiários

Definição

Beneficiários de subsídio de desemprego, subsídio social de desemprego inicial, subsídio social de desemprego subsequente e prolongamento de subsídio social de desemprego.

Dados

Série cronológica: 2006 – 2013
Periodicidade: anual
Unidade: número
Fonte: INE – Anuários Estatísticos, Beneficiários dos subsídios de desemprego da Segurança Social por município
Cálculos: OLCPL

Evolução

Entre 2006 e 2013 o número de beneficiários de subsídios de desemprego conheceu um forte aumento nos três territórios em análise. A região de Lisboa foi a que registou o maior aumento neste período, 37%, seguindo-se o país com 29% e, por último, o concelho de Lisboa, com um aumento de 28%.
A nível nacional este crescimento correspondeu a um acréscimo de 148.497 desempregados beneficiários de prestações.
Apesar da diminuição do número destes beneficiários registada até 2008 em Lisboa, na Região e no País, acompanhando a redução do desemprego, a partir de 2009 inicia-se uma trajectória ascendente traduzindo-se neste ano no maior aumento registado no período em análise (cerca de 21%).
Este crescimento foi apenas interrompido em 2011, mas surgiu de novo nos anos seguintes, registando 2012 o segundo maior crescimento (16%) e 2013 o valor mais alto destes oito anos.

Comportamento de Lisboa face à Região e ao Continente

Entre 2006 e 2013 o concelho de Lisboa regista um aumento do número de beneficiários ligeiramente inferior ao verificado em Portugal (-1 p.p.) e mais significativo relativamente à região (-9 p.p.).
Contudo, acompanhou sempre a tendência de evolução registada nestes dois territórios, com redução do número de beneficiários entre 2006 e 2008 e em 2011 e crescimento nos restantes anos.
Entre 2010 e 2013, Lisboa foi das três unidades territoriais aquela que conheceu maior aumento, 19%, significando mais 4.203 pessoas beneficiárias de subsídio de desemprego. Nos últimos dois anos, aliás, a percentagem de variação registada em Lisboa (17% em 2012 e 4% em 2013), idêntica à da Região, superou a verificada no país.

Subsídios desemprego - beneficiários (nº)

Ano	Concelho Lisboa	Região Lisboa	Portugal
2006	20.132	120.960	506.436
2007	18.357	112.729	474.708
2008	17.188	107.017	454.518
2009	20.704	131.595	547.455
2010	21.604	140.995	582.607
2011	21.151	137.145	553.212
2012	24.771	160.312	638.317
2013	25.807	166.203	654.933

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 25.807, em 2013
Valor mais baixo: 17.188, em 2008
Variação absoluta mais elevada face ao ano anterior: 3.620, em 2012
Variação absoluta mais baixa face ao ano anterior: - 453 em 2011
Variação percentual mais elevada face ao ano anterior: 20,5 p.p., em 2009
Variação percentual mais baixa face ao ano anterior: -2,1 p.p., em 2011

Rendimentos e Meios de Vida - Nível 1
Subsídios de desemprego – valor processado

Definição

Valores processados de subsídio de desemprego, subsídio social de desemprego inicial, subsídio social de desemprego subsequente e prolongamento de subsídio social de desemprego.

Dados

Série cronológica: 2006 – 2013
Periodicidade: anual
Unidade: euros
Fonte: INE – Anuários Estatísticos, Valor e número de dias de subsídios de desemprego da Segurança Social
Cálculos: OLCPL

Evolução

A evolução dos valores de subsídios processados acompanham a tendência verificada no indicador relativo ao número de beneficiários.
Assim, entre 2006 e 2008 regista-se um decréscimo deste valor nos três territórios, tal como no ano de 2011, conhecendo um forte aumento em 2009, o maior registado nesta série cronológica a nível nacional (31 p.p.) e região de Lisboa (28 p.p.)
Apesar de no concelho de Lisboa, 2009 ter sido um ano com forte aumento neste indicador, 2012 foi aquele que registou o aumento percentual mais elevado (25 p.p.)

Comportamento de Lisboa face à Região e ao Continente

Até 2008 o concelho de Lisboa viu diminuir mais o valor processado em subsídios de desemprego do que os outros territórios.
Contudo, entre 2010 e 2013 é a unidade geográfica com um aumento maior (26 p.p.), o que faz com que em 2013 o valor dos subsídios pagos a desempregados do concelho de Lisboa supere em mais de 24.014 € o valor processado em 2010.

Subsídios desemprego – valor processado (milhares de €)

Ano	Concelho Lisboa	Região Lisboa	Portugal
2006	85.384	482.920	1.717.732
2007	75.797	428.883	1.551.194
2008	68.961	393.700	1.425.491
2009	84.949	503.500	1.867.525
2010	92.127	561.544	2.037.429
2011	89.486	537.843	1.910.410
2012	111.768	669.105	2.382.495
2013	116.141	692.975	2.433.681

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 116.141€, em 2013
Valor mais baixo: 68.961€, em 2008
Variação absoluta mais elevada face ao ano anterior: 22.282 valores, em 2012
Variação absoluta mais baixa face ao ano anterior: -2.641 valores, em 2011
Variação percentual mais elevada face ao ano anterior: 24,9 p.p., em 2012
Variação percentual mais baixa face ao ano anterior: - 3 p.p., em 2011

Rendimentos e Meios de Vida - Nível 1

Rendimento Social de Inserção – beneficiários

Definição

Medida de protecção social criada para apoiar as pessoas ou famílias que se encontrem em situação de grave carência económica e em risco de exclusão social.

Dados

Série cronológica: 2008 – 2014
Periodicidade: anual
Unidade: número
Fonte: Instituto de Informática (2008-13); INE (2013-14) * a quebra de série assinalada diz respeito à alteração de fonte
Cálculos: OLCPL

Evolução

Distinguem-se dois períodos na evolução deste indicador: um, entre 2008 e 2010, de evidente aumento do número de beneficiários, particularmente em Lisboa e na Região e outro, entre 2010 e 2012, em que se verifica um acentuado decréscimo, coincidente com alterações introduzidas nas regras de acesso e manutenção do direito à medida, nomeadamente em 2010 (Decreto-Lei 70/2010 de 16/06) e em 2012 (Decreto-Lei 133/2012 de 27/06), cujos efeitos se deverão fazer sentir com maior peso em 2013.

Comportamento de Lisboa face à Região e ao Continente

Lisboa conheceu forte aumento percentual (27,6%) e de beneficiários (5.553 beneficiários) entre 2008 e 2012, acontecendo o mesmo cenário na Região, contrariamente ao verificado em Portugal que registou apenas um ligeiro aumento (0,6 p.p)
A partir desse ano houve uma redução de beneficiários em todos os territórios, mas em Lisboa essa diminuição foi inferior. A juntar a este aspecto, verifica-se que entre o primeiro e o último ano da série, Lisboa foi o único território com uma variação homóloga positiva de 9,6 p.p., o que realça a intensidade e extensão das carências sentidas no Concelho, mesmo apesar das fortes alterações legais introduzidas.

Nº beneficiários - Rendimento Social Inserção			
Ano	Concelho Lisboa	Distrito Lisboa	Portugal
Número de beneficiários			
2008	20.132	63.490	418.363
2009	24.385	80.985	487.059
2010	28.328	93.947	527.465
2011	26.525	84.609	448.017
2012	25.685	80.374	420.665
2013 ⊥	24.818	70.244	360.355
2014	22.055	60.019	320.811

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 28.328, em 2010
Valor mais baixo: 20.132, em 2008
Variação absoluta mais elevada face ao ano anterior: 4.253 valores, em 2009
Variação absoluta mais baixa face ao ano anterior: - 867 valores, em 2013
Variação percentual mais elevada face ao ano anterior: 21, p.p., em 2009
Variação percentual mais baixa face ao ano anterior: - 3 p.p., em 2012 e 2013

Rendimentos e Meios de Vida - Nível 1

Abono de família - beneficiários

Definição

Prestação em dinheiro atribuída mensalmente, com o objectivo de compensar os encargos familiares respeitantes ao sustento e educação das crianças e jovens.

Dados

Série cronológica: 2008 – 2013
Periodicidade: anual
Unidade: número
Fonte: INE – Anuários Estatísticos, Principais prestações familiares por município
Cálculos: OLCPL

Evolução

O número de beneficiários do abono de família sofreu uma redução drástica no período considerado, nomeadamente a partir de 2011, consequência, em boa parte, das alterações verificadas na segunda metade do ano anterior (Decreto-Lei 70/2010 de 16/06) que provocaram forte redução no número de beneficiários que continuou a decair em 2012, ano de novas alterações nas regras (Decreto-Lei 133/2012 de 27/06).
Nos seis anos em análise o número de beneficiários do abono de família reduziu-se, a nível nacional, em 367.097 pessoas.

Comportamento de Lisboa face à Região e ao Continente

Lisboa, com um crescimento do número de beneficiários inferior ao da Região até 2009, acompanhou a queda registada a partir de 2011, sendo a par da região, o território cuja redução foi mais drástica (-34% equivalendo a menos 15.473 crianças com abono de família) nesse ano e no ano seguinte.
Apesar de, em 2013, se ter verificado um aumento face ao ano anterior, tendo sido este crescimento superior no concelho de Lisboa, foi também em Lisboa onde o número de beneficiários, em seis anos, sofreu a maior perda percentual.

Abono de Família – Beneficiários (nº)

Anos	Concelho Lisboa	Região Lisboa	Portugal
2008	44.385	294.671	1.226.231
2009	46.509	312.817	1.260.373
2010	45.512	313.731	1.248.177
2011	30.039	205.334	895.638
2012	28.443	197.623	858.080
2013	29.351	204.129	859.134

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 46.509, em 2009
Valor mais baixo: 28.443, em 2012
Variação absoluta mais elevada face ao ano anterior: -15.473 valores, em 2011
Variação absoluta mais baixa face ao ano anterior: 908 valores, em 2013
Variação percentual mais elevada face ao ano anterior: -34 p.p., em 2011
Variação percentual mais baixa face ao ano anterior: -2,1 p.p., em 2010

Rendimentos e Meios de Vida - Nível 1

Abonos de família – valores processados

Definição

Prestação em dinheiro atribuída mensalmente, com o objectivo de compensar os encargos familiares respeitantes ao sustento e educação das crianças e jovens.

Dados

Série cronológica: 2008 – 2013
Periodicidade: anual
Unidade: euros
Fonte: INE – Anuários Estatísticos, Principais prestações familiares por município
Cálculos: OLCPL

Evolução

Nos seis anos analisados o valor processado em abonos de família conheceu uma forte redução: cerca de 24% se fizermos a média dos três territórios.
Entre 2008 e 2010 o valor dos abonos de família processados subiu ligeiramente. No entanto, em 2011 sofreu uma redução de mais de 30%, em boa parte fruto das alterações verificadas na segunda metade do ano anterior (Decreto-Lei 70/2010) que provocaram forte redução no número de beneficiários. Em 2012, apesar de o número de beneficiários ter conhecido uma redução em cerca de 4%, os valores processados aumentaram 3%, apesar de nova alteração legislativa ocorrida em 2012.
Apesar de em 2013 se ter verificado um aumento de beneficiários de abono de família na área geográfica em análise, o seu valor apenas teve um crescimento ligeiro (1p.p.) no concelho de Lisboa, enquanto na região e sobretudo em Portugal se registou uma diminuição.

Comportamento de Lisboa face à Região e ao Continente

Com um crescimento ligeiramente inferior ao da Região entre 2008 e 2010, Lisboa conhece uma maior quebra do valor dos abonos processados entre 2010 e 2013.
Em apenas um ano, em 2011, os montantes processados diminuíram 34,5% em Lisboa, valor superior face aos restantes dois territórios. Em 2013, Lisboa foi o único território em que o aumento do número de beneficiários equivaleu a um aumento da prestação.

Abono de Família – Valor (milhares €)

Ano	Concelho Lisboa	Região Lisboa	Portugal
2008	31.191	203.007	813.798
2009	35.507	233.893	915.951
2010	33.964	227.078	886.652
2011	22.232	150.428	618.681
2012	22.952	156.723	633.029
2013	23.180	156.349	616.735

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 35.507.000, em 2009
Valor mais baixo: 22.232.000, em 2011
Variação absoluta mais elevada face ao ano anterior: -11.732 valores, em 2011
Variação absoluta mais baixa face ao ano anterior: 228 valores, em 2011
Variação percentual mais elevada face ao ano anterior: -34,5 p.p., em 2011
Variação percentual mais baixa face ao ano anterior: 1 p.p., em 2013

Rendimentos e Meios de Vida - Nível 1

Complemento Solidário para Idosos - beneficiários

Definição

Prestação pecuniária mensal atribuída a cidadãos nacionais ou estrangeiros residentes em território nacional nos últimos seis anos, com idade igual ou superior a 65 anos e com baixos recursos.

Dados

Série cronológica: 2008 – 2013
Periodicidade: anual
Unidade: número
Fonte: Instituto de Informática, IP (2008-2012) e ISS, IP (Site estatísticas – 2013 e 2014)
Cálculos: OLCPL

Evolução

Em 2008, o Complemento Solidário para Idosos (CSI) passa a abranger todos os que possuem 65 ou mais anos (anteriormente dirigia-se aos maiores de 79 anos – 2006 - e, a partir de 2007 aos maiores de 69 anos). Entre 2008 e 2012 o número de beneficiários do CSI cresceu mais de 35% a nível nacional, um acréscimo que realça a fragilidade da população idosa particularmente exposta a situações de pobreza, na maioria mulheres (cerca de 70%)

Recorde-se que seria expectável que este apoio, destinado a retirar as pessoas idosas de um patamar inferior ao limiar da pobreza, diminuísse por razões naturais, com a redução do número dos que possuem menores carreiras contributivas, e com o ingresso de novos reformados e pensionistas com carreiras mais longas e com contribuições mais elevadas. No entanto, tal não sucedeu, registando-se a nível nacional um aumento de perto de 65.400 beneficiários, o que fez com que a percentagem de pessoas com 65 ou mais anos com necessidade deste apoio passasse de 9.5%, em 2008 para 12% em 2012.

Comportamento de Lisboa face à Região e ao Continente

Em Lisboa o aumento percentual de beneficiários foi inferior ao verificado no Distrito e no País, registando-se um incremento de quase 1.500 beneficiários entre 2008 e 2012.

A redução de beneficiários em 2011 não teve continuidade em 2012, nem em Lisboa nem na Região. Aliás, neste ano para além ao aumento de beneficiários em Lisboa aumentou também a sua percentagem na população com 65 ou mais anos.

Para os anos 2013 e 2014 não foi possível recolher informação por concelho pelo facto de este âmbito territorial não se encontrar disponível no site da Segurança Social.

Nota: esta informação com este nível geográfico já se encontra a ser disponibilizado pelo ISS, IP ao Observatório, contudo, actualmente apenas se tem acesso à informação trimestral, o que enviesaria os critérios de análise até aqui adoptados.

Complemento Solidário Idosos (nº)			
Anos	Concelho Lisboa	Distrito Lisboa	Portugal
2008	7.964	28.515	179.520
2009	9.522	35.045	232.826
2010	9.549	35.386	246.722
2011	9.215	35.132	248.792
2012	9.452	34.642	244.927
2013 ⊥	-	33.880	237.844
Beneficiários face à população com 65 e mais anos			
2008	5,7	-	9,5
2009	6,7	-	12,1
2010	6,7	-	12,5
2011	6,4	-	12,4
2012	6,6	-	12,0

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 9.549, em 2010
Valor mais baixo: 7.964, em 2008
Variação absoluta mais elevada face ao ano anterior: 1.558 valores, em 2009
Variação absoluta mais baixa face ao ano anterior: 27 valores, em 2010
Variação percentual mais elevada face ao ano anterior: 19,6 p.p., em 2009
Variação percentual mais baixa face ao ano anterior: 0,3 p.p., em 2010

Rendimentos e Meios de Vida - Nível 1

Venda de automóveis ligeiros

Definição
Veículos ligeiros de passageiros vendidos, segundo o local de residência do proprietário.

Dados

Série cronológica: 2006-2013
Periodicidade: anual
Unidade:
Fonte: INE, Anuários Estatísticos, Veículos Automóveis registados por Município
Cálculos: OLCPL

Evolução
Entre 2006 e 2009 assiste-se a uma quebra permanente da venda de veículos ligeiros de passageiros nos três territórios em análise, sendo o ano de 2009 aquele que atinge o valor mais baixo.
Em 2010, e apesar dos efeitos da crise económica, a venda de automóveis ligeiros de passageiros conheceu um forte aumento, atingindo a nível nacional o valor mais elevado da série. Este aumento de vendas terá, pelo menos em boa parte, estado relacionado com o facto de a partir de 2011 terminar o programa de incentivos ao abate de veículos em fim de vida, ao abrigo do qual foram adquiridos em 2011, segundo a ACAP, 35.500 veículos.
O mês de Dezembro foi um período de fortes vendas com os consumidores pressionados pelo anúncio do aumento de preços dos veículos em Janeiro de 2012, reflectindo-se na maior redução percentual, entre período homólogo, registada.
Em 2013, e reflexo dos vários incentivos que os agentes introduziram, com campanhas de oferta de equipamentos, redução de preços e condições de retoma muito favoráveis, o mercado automóvel iniciou a sua recuperação, sendo perceptível no aumento da venda de automóveis ligeiros.

Comportamento de Lisboa face à Região e ao País
A diminuição da venda de automóveis ligeiros que se registou até 2009 foi sempre superior em Lisboa face à região e a Portugal, contudo, quando se verificou um acréscimo em 2010, este também foi mais elevado em Lisboa, registando um aumento de quase 54%.
Lisboa também acompanhou a tendência de diminuição nos dois anos seguintes, sendo o único território cujo aumento das vendas em 2013 foi superior à diminuição registada em 2012.

Venda de automóveis ligeiros (nº)

Ano	Concelho Lisboa	Região Lisboa	Portugal
2006	27.699	74.408	185.726
2007	26.122	76.097	185.446
2008	19.217	70.171	184.399
2009	13.689	53.742	138.366
2010	21.054	72.963	191.978
2011	18.501	64.707	169.089
2012	10.578	36.073	85.256
2013	16.544	44.083	108.905

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 27.699, em 2006
Valor mais baixo: 10.578, em 2012
Variação percentual mais elevada face ao ano anterior: 56 p.p., em 2013
Variação percentual baixa face ao ano anterior: - 5,7 p.p., em 2007
Variação absoluta mais elevada face ao ano anterior: -7.923 valores, em 2012
Variação absoluta mais baixa face ao ano anterior: - 1.577 valores, em 2007

Rendimentos e Meios de Vida - Nível 2

Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem (preços 2010)

Definição

Montante ilíquido em dinheiro e/ou géneros, pago ao trabalhador, com carácter regular em relação ao período de referência, por tempo trabalhado ou trabalho fornecido no período normal e extraordinário. Inclui, ainda, o pagamento de horas remuneradas mas não efectuadas (férias, feriados e outras ausências pagas) (medido em euros).

Dados

Série cronológica: 2008 a 2012
Periodicidade: anual
Unidade: euros
Fonte: Quadros de Pessoal, INE e Pordata
Cálculos: OLCPL

Evolução

O ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem (preços 2010) aumentou entre 2008 e 2010, em qualquer ano e em todos os territórios. A maior variação positiva teve lugar em 2010, em que aconteceu em todos os territórios. Nos dois anos seguintes, no entanto, assiste-se a uma redução do ganho médio mensal com uma variação negativa média de 4,6%, ou seja, uma perda média superior a 60€ mensais *per capita*.
Este indicador deve ser lido com cautela tendo em conta, entre outros aspectos, que apenas contempla trabalhadores com contrato e que se refere a uma média, não dando conta das desigualdades salariais e sua evolução. É necessário ainda ter em conta que a diminuição do número de trabalhadores com salários mais baixos, mais fragilizados a situações de despedimento, faz subir o valor do indicador.
Para os anos 2013 e 2014, esta informação não se encontra disponível, impedindo de adicionar estes anos à análise.

Comportamento de Lisboa face à Região e ao Continente

Lisboa apresenta o ganho médio mais elevado de todas as unidades territoriais, cerca de 45% acima do País. Note-se, no entanto, que ao longo dos cinco anos em análise esta diferença diminuiu sendo Lisboa o único território em que o ganho médio mensal perdeu valor (-0,7) entre 2008 e 2012, graças à forte quebra registada em 2011 e 2012.

Ganho médio mensal (preços 2010)			
Ano	**Concelho Lisboa**	**Região Lisboa**	**Portugal**
2008	1.504	1.299	1.014
2009	1.530	1.331	1.049
2010	1.575	1.365	1.075
2011	1.521	1.326	1.046
2012	1.493	1.308	1.028

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 1.575 €, em 2010
Valor mais baixo: 1.493 €, em 2012
Variação percentual mais elevada face ao ano anterior: -3,4 p.p, em 2011
Variação percentual mais baixa face ao ano anterior: 1,7 p.p em 2009
Variação absoluta mais elevada face ao ano anterior: -54€, em 2011
*Variação absoluta mais baixa face ao ano anterior:*26 € em 2018

Rendimentos e Meios de Vida - Nível 2

Poder de compra concelhio

Definição

Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio (EPCC) é um estudo estatístico, de periodicidade bienal e cujo âmbito geográfico é o país. A unidade estatística observada é o município, a recolha dos dados é indirecta e as variáveis que o integram provêm de procedimentos administrativos e de operações estatísticas desenvolvidas no contexto do Sistema Estatístico Nacional com base num conjunto de 17 variáveis
Indicador do poder de compra – Indicador *per capita* (IpC)
Percentagem do poder de compra (PPC)

Dados

Série cronológica: 2007 – 2011
Periodicidade: bienal
Unidade: IpC: euros / PPC: %
Fonte: INE, Estudo sobre o poder de compra concelhio
Cálculos: OLCPL

Evolução

Nos três anos para os quais existem informação é visível a perda de poder de compra em todos os territórios, contudo a maior perda registou-se no concelho de Lisboa, quer nos períodos bienais, quer entre 2007-2011.

Comportamento de Lisboa face à Grande Lisboa e à Região

O município de Lisboa apresentava em 2011 o IpC mais elevado de todos os municípios do país e era responsável por 11% do poder de compra total. Lisboa mais do que duplica o poder de compra per capita nacional (216,9 em Lisboa para 100 no pais).
Aliás, o poder de compra encontra-se muito associado à dimensão urbana dos municípios e, por isso, territorialmente muito concentrado: as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, em 2011, eram responsáveis por 52% do poder de compra nacional.
Apesar deste peso de Lisboa, o município perdeu 18,9 pontos por comparação com 2007, mais do triplo do que as diminuições verificadas na Grande Lisboa e na Região.
O IpC tratando de valores *per capita*, não permite, obviamente, dar conta da disparidade de poder de compra dentro do mesmo território, possibilitando apenas a comparação entre municípios e outras unidades estatísticas (NUT)

IpC - Indicador Poder de Compra

Ano	Concelho de Lisboa	Grande Lisboa	Região Lisboa
2007	235,74	147,87	136,85
2009	232,54	145,25	134,15
2011	216,88	142,41	130,97

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 235,74, em 2007
Valor mais baixo: 216,88, em 2011
Variação percentual mais elevada face ao ano anterior: - 6.7 p.p., em 2011
Variação percentual mais baixa face ao ano anterior: -1,4 p.p. em 2009
Variação absoluta mais elevada face ao ano anterior: - 15,7 valores, em 2011
Variação absoluta mais baixa face ao ano anterior: -3,2 valores, em 2009

Síntese Rendimento e condições de vida

Síntese Rendimento e Condições de Vida – concelho de Lisboa

Síntese resultante da média aritmética simples de números índices, com base no ano 2008, de oito variáveis: ganho médio mensal, venda de automóveis, beneficiários e valor dos subsídios de desemprego, beneficiários do Rendimento Social de Inserção e Complemento Solidário para Idosos. Os dados dos abonos de família foram retirados em consequência das suas variações abruptas fruto de alterações às regras.

Dados

Série cronológica: 2008 – 2012

Periodicidade: anual

Unidade: %

Cálculos: OLCP

Evolução

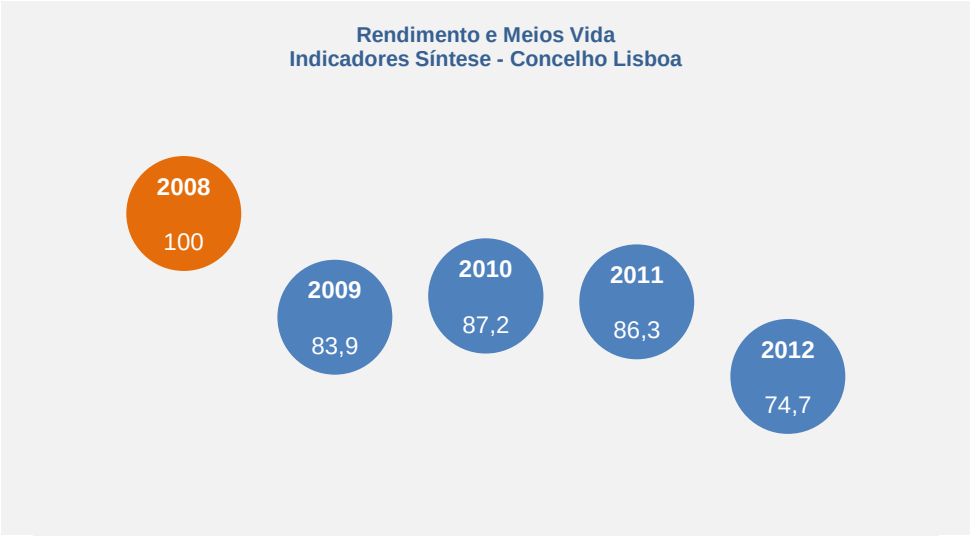
A evolução média dos números índice revela uma clara quebra em 2009, seguindo-se dois anos de ligeira recuperação, graças a aumentos do ganho médio e da venda de automóveis, mas sempre abaixo dos valores registados em 2008. É a quebra de venda de automóveis e dados relativos aos subsídios de desemprego que mais contribuem para esta diminuição.

Em 2012 a deterioração do valor médio é muito forte, menos 25 pontos relativamente a 2008, revelando-se o pior ano desta série, sobretudo devido ao forte decréscimo na venda de automóveis e agravamento das situações de desemprego, indicadores que assumem neste ano os valores mais baixos deste série cronológica.

NOTA: Os Números Índice da Dimensão Rendimentos e Meios de Vida não podem ser actualizados pelo facto de existirem indicadores utilizados para a contabilização do índice cuja última actualização disponível diz respeito ao ano 2012.

Rendimento e meios de vida - Números índice Lisboa (Base=2008)

Ano	Ganho médio	Venda auto	Sub Des. Valor	Sub Des. Benef	RSI Benef.	CSI	Média
2008	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2009	101,7	71,2	81,2	83,0	82,6	83,6	83,9
2010	104,7	109,6	74,9	79,6	71,1	83,4	87,2
2011	101,1	96,3	77,1	81,3	75,9	86,4	86,3
2012	99,3	55,0	61,7	69,4	78,4	84,3	74,7



Mercado de Trabalho

De acordo com as opções metodológicas tomadas, identificaram-se como indicadores de nível 1 aqueles que sendo nucleares no domínio, asseguram, em simultâneo, fiabilidade, actualidade e que preenchem a série cronológica definida (no mínimo de 2008 a 2012) suficiente para sustentar a análise longitudinal da evolução da situação no concelho de Lisboa.

São quatro os indicadores seleccionados para acompanhamento de nível 1 no domínio Mercado de Trabalho: dois relacionados com o funcionamento do mercado de trabalho – o número de estabelecimentos existentes na cidade e o número de pessoal nesses estabelecimentos - e um relacionado com o afastamento desse mercado – desempregados inscritos nos Centros de Emprego.

Os indicadores de nível 2, ajudarão a compreender e avaliar melhor a evolução deste domínio, no âmbito do emprego, taxa de emprego, e, do lado do desemprego, a taxa de desemprego, de modo a complementar a informação sobre o desemprego registado (indicador de nível 1) que diz respeito apenas aos desempregados inscritos nos centros de emprego, com outra que estima a proporção de desempregados independentemente da sua inscrição nos serviços.

A informação relativa ao número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego poderá vir a ser acompanhada trimestralmente constituindo-se como indicador de alerta para este domínio, assim como o número de pessoas despedidas no âmbito de processos colectivos.

Na actualização dos dados efectuada no final do ano de 2014, não foi possível proceder à introdução de nova informação relativamente ao número de estabelecimentos de ensino e pessoal ao serviço dos estabelecimentos por a mesma não se encontrar disponível nos Anuários Estatísticos.

Notas: pelo facto de a informação disponibilizada para o indicador “Desempregados inscritos nos Centros de Emprego” ser relativa a Portugal Continental, optou-se, para os restantes indicadores desta categoria, manter este nível geográfico de análise de modo a permitir construir o índice sintético.

No caso de não se conseguir dados de âmbito concelhio, optou-se por preencher na ficha síntese os campos relativos à definição, dados e evolução.

Mercado de Trabalho

Indicadores de nível 1

Estabelecimentos
Pessoal ao serviço dos estabelecimentos
Desempregados inscritos nos Centros de Emprego

Indicadores de nível 2

Taxa de emprego
Taxa de desemprego

Indicadores de alerta

Despedimentos em processos colectivos
Desempregados inscritos nos Centros de Emprego

Mercado de Trabalho - Nível 1

Estabelecimentos

Definição

Empresa ou parte de uma empresa (fábrica, oficina, mina, armazém, loja, entreposto, etc.) situada num local topograficamente identificado. Nesse local ou a partir dele exercem-se actividades económicas para as quais, regra geral, uma ou várias pessoas trabalham (eventualmente a tempo parcial), por conta de uma mesma empresa.

Dados

Série cronológica: 2008 – 2012
Periodicidade: anual
Unidade: número
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, IP (INE) - Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)
Cálculos: OLCPL

Evolução

Entre 2008 e 2012 registou-se uma constante diminuição do número de estabelecimentos em qualquer dos territórios considerados, sendo a Região o território mais penalizado, perdendo 67.965 estabelecimentos nestes cinco anos, um crescimento de 17%.
Para os anos 2013 e 2014, esta informação não se encontra disponível, impedindo de adicionar estes anos à análise.

Comportamento de Lisboa face à Região e ao Continente

A cidade de Lisboa perdeu neste período 16.310 estabelecimentos, a que corresponde uma perda de 14%, sendo ligeiramente menos penalizada que a Região, aproximando-se mais dos valores registados a nível nacional. Note-se, no entanto, que a média de pessoas por estabelecimento é maior em Lisboa (4,2) do que na Região (3,5) ou no Continente (3,1), pelo que o encerramento de um estabelecimento em Lisboa corresponde, em média, a uma maior perda de postos de trabalho do que noutros territórios.

Estabelecimentos			
Anos	Concelho Lisboa	Região Lisboa	Continente
2008	115.065	393.130	1.240.313
2009	112.138	380.441	1.202.404
2010	105.230	354.811	1.146.530
2011	102.526	341.787	1.116.784
2012	98.755	325.165	1.068.472

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado:115.065, em 2008
Valor mais baixo: 98.755, em 2012
Variação percentual mais elevada face ao ano anterior: -6,2 p.p., em 2010
Variação percentual mais baixa face ao ano anterior: - 2,5 p.p., em 2010
Variação absoluta mais elevada face ao ano anterior: - 6.908 valores, em 2011
Variação absoluta mais baixa face ao ano anterior: - 2.704 valores, em 2010

Mercado de Trabalho - Nível 1

Pessoal ao serviço nos estabelecimentos

Definição

Pessoas que, no período de referência, participaram na actividade da empresa/instituição, qualquer que tenha sido a duração dessa participação, nas seguintes condições: (…) são considerados os proprietários-gerentes (…) não são consideradas como pessoal ao serviço (…) (iv) os trabalhadores independentes (p. ex.: prestadores de serviços, também designados por "recibos verdes")

Dados

Série cronológica: 2008 – 2012
Periodicidade: anual
Unidade: número
Fonte: INE- Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)
Cálculos: OLCPL

Evolução

No período considerado registou-se a diminuição do número de pessoas ao serviço dos estabelecimentos em todos os territórios e em todos os anos, com excepção de Lisboa em 2009. Em 2012 verifica-se a maior redução registada no Continente do número de pessoas ao serviço nos estabelecimentos: uma perda de mais de 211.400 pessoas em apenas um ano, o que representa cerca de 40% do total da redução verificada desde 2008 (menos cerca de meio milhão de pessoas).
Note-se que este indicador inclui os proprietários-gerentes e familiares não remunerados mas não engloba os trabalhadores independentes, correntemente denominados recibos verdes.
Para os anos 2013 e 2014, esta informação não se encontra disponível, impedindo de adicionar estes anos à análise.

Comportamento de Lisboa face à Região e ao Continente

Em 2012 existiam no Concelho de Lisboa menos 63.356 pessoas ao serviço dos estabelecimentos do que em 2008, uma redução de perto de 13% semelhante à da Região e do Continente. O ano mais negativo no concelho, com maior redução face ao ano anterior, foi o de 2010 (menos quase 33.000 pessoas), seguido de 2012 (menos 26.213 pessoas).

Pessoal ao serviço dos estabelecimentos

Ano	Concelho Lisboa	Região Lisboa	Continente
2008	482.785	1.272.507	3.872.680
2009	487.877	1.264.655	3.753.171
2010	454.960	1.202.734	3.662.406
2011	445.642	1.160.612	3.563.519
2012	419.429	1.089.057	3.352.063

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 487.877, em 2009
Valor mais baixo: 419.429, em 2012
Variação percentual mais elevada face ao ano anterior: -6,7 p.p., em 2009
Variação percentual mais baixa face ao ano anterior: 1,1 p.p., em 2008
Variação absoluta mais elevada face ao ano anterior:- 32.917 valores em 2009
Variação absoluta mais baixa face ao ano anterior: 5.092 valores em 2008

Mercado de Trabalho - Nível 1

Desempregados inscritos nos Centros de Emprego

Definição

Pessoas desempregadas inscritas nos Centros de Emprego, imediatamente disponíveis para trabalhar (não inclui os ocupados em programas especiais de emprego, formação, nem os imediatamente indisponíveis por razões de saúde).

Dados

Série cronológica: 2004-2014
Periodicidade: anual
Unidade: número
Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional
Cálculos: OLCP

Evolução

Entre 2004 e 2007, a evolução deste indicador é marcada pela diminuição do número de desempregados em qualquer dos territórios, mas a partir de 2008 este número aumenta continuadamente até 2012, sendo que no concelho de Lisboa este aumento se verifica até 2013.
O ano de mais forte aumento do número de inscritos foi 2009, com uma variação face ao ano anterior superior a 25% a nível nacional e de 30% em Lisboa.
O ano de 2012 foi o segundo a registar maior aumento homólogo, 17% nos três territórios, correspondendo no continente a cerca de mais 100.000 pessoas.
No ano seguinte, houve uma diminuição do número de desempregados inscritos na região de Lisboa e no continente, mas Lisboa continua a registar um aumento de 9%.

Comportamento de Lisboa face à Região e ao Continente

Entre 2004 e 2007, período de redução do desemprego, em Lisboa a diminuição relativa do número de desempregados foi maior do que na Região e no Continente, cerca de 27%. Porém, a partir desse ano, com o aumento do desemprego, Lisboa, com excepção do ano 2008, no qual a redução foi inferior, e 2009, cujo aumento foi cerca de mais 6 p.p. que o registado no Continente, conheceu uma evolução próxima da verificada nos outros territórios.
Em 2013, a sintonia registada até então foi quebrada, continuando Lisboa a apresentar um aumento do número de desempregados inscritos nos centros de emprego relativamente ao período homólogo, contrariamente ao que se verificou na região e no continente que viram este número diminuir. Contudo, em 2014, o concelho volta a ficar em sintonia com os restantes territórios e apresenta uma redução do número de inscritos nos centros de emprego de 16 p.p.

Desempregados inscritos (nº)			
Anos	Concelho Lisboa	Região Lisboa	Continente
2004	22.793	149.997	457.864
2005	20.690	148.054	468.115
2006	18.983	135.995	440.125
2007	16.614	114.686	377.436
2008	16.850	120.664	402.545
2009	22.236	154.627	504.775
2010	22.914	160.618	519.888
2011	25.471	182.151	576.383
2012	29.787	213.496	675.466
2013	32.427	204.660	654.569
2014	27.334	173.949	564.312

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 32.427 em 2013
Valor mais baixo: 16.614 em 2007
Variação absoluta mais elevada face ao ano anterior: 5.386 valores em 2009
Variação absoluta mais baixa face ao ano anterior: 236 valores em 2008
Variação percentual mais elevada face ao ano anterior: 32,0 p.p. em 2009
Variação percentual mais baixa face ao ano anterior: 1,4 p.p. em 2008

Mercado de Trabalho - Nível 2

Nº trabalhadores despedidos em processo colectivo

Definição

Nos termos do artigo 359.º do Código Laboral considera-se despedimento colectivo a cessação de contratos de trabalho promovida pelo empregador, caso se verifique os seguintes requisitos:
- Que a cessação abranja, de forma simultânea ou sucessivamente no período de três meses;
- Pelo menos, dois ou cinco trabalhadores, conforme se trate, respectivamente, de microempresa (até 10 trabalhadores), de pequena empresa (até 50 trabalhadores), média (até 200 trabalhadores) e grande empresa (mais de 200 trabalhadores)

Dados

Série cronológica: 2008 – 2014
Periodicidade: anual
Unidade: número
Fonte: DGERT, Direcção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho
Cálculos: OLCP

Evolução

O número de pessoas despedidas em sequência de processos de despedimentos colectivos apresentou um forte aumento no período 2008-2013, registando o Distrito de Lisboa um aumento de mais de 300% e o concelho de 180%.
Esta tendência de crescimento é contrariada apenas em 2014, contudo os valores registados continuam a ser superiores ao verificado no ano de partida.

Comportamento de Lisboa face à Região

O concelho de Lisboa perdeu ao longo destes sete anos mais de 12.000 postos de trabalho em consequência de processos colectivos de despedimento, 72% dos quais no período de assistência económica e financeira (2011-2014), correspondendo a quase 9.000 pessoas.

Nº trabalhadores despedidos em processo colectivo (nº)

Ano	Concelho Lisboa	Distrito Lisboa	Continente
2008	936	1.077	-
2009	861	1.366	-
2010	1.543	2.463	-
2011	2.185	3.937	-
2012	2.363	4.661	-
2013	2.657	4.660	
2014	1.575	2.861	

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 2.657 em 2013
Valor mais baixo: 861 em 2009
Variação absoluta mais elevada face ao ano anterior: -1.082 valores em 2013/14
Variação absoluta mais baixa face ao ano anterior: - 75 valores em 2008/09
Variação percentual mais elevada face ao ano anterior: 79 p.p. entre 2009/10
Variação percentual mais baixa face ao ano anterior: - 8 p.p. em 2008/09 e 8 p.p. e 2011/12

Mercado de Trabalho - Nível 2

Taxa de emprego

Definição

Taxa que permite definir a relação entre a população empregada e a população em idade activa (população com 15 e mais anos de idade)

Dados

Série cronológica: 2005 – 2013
Periodicidade: Anual
Unidade: Número
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, IP (INE), Anuários Estatísticos, Inquérito ao Emprego
Cálculos: OLCP

Evolução

No período em análise (2005-2013), Portugal Continental apresenta sempre valores de emprego superiores à região de Lisboa, sendo esta diferença de cerca de 2 p.p.
Entre 2005-2008 verificou-se um ligeiro crescimento da taxa de emprego nos dois territórios, tendo na região de Lisboa o crescimento sido um pouco mais notório, contudo, este crescimento registado não foi suficiente para a região de Lisboa superar o valor da taxa de emprego do continente, mantendo-se este inferior.
A partir desse ano dá-se uma reviravolta, e este indicador vê reduzir o seu valor constantemente, sendo os anos de 2009 e 2012 aqueles com maior redução de emprego comparativamente a período homólogo.
A região de Lisboa, com excepção dos anos 2011 e 2013, regista sempre diminuições superiores ao continente, apresentando, em 2013, uma taxa de emprego inferior 1,8 p.p. face ao continente.
Para os anos 2013 e 2014, esta informação não se encontra disponível, impedindo de adicionar estes anos à análise.

Taxa de emprego		
Ano	Região Lisboa	Continente
2005	55,1	57,5
2006	55,1	57,7
2007	55,4	57,7
2008	56,1	57,8
2009	54,1	56,0
2010	52,7	55,1
2011	51,8	53,5
2012	49,2	51,4
2013	47,9	49,7

Mercado de Trabalho - Nível 2

Taxa de desemprego

Definição

Proporção da população desempregada no total da população activa, considerando-se população activa aquela com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituía a mão de obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (população empregada e desempregada).

Dados

Série cronológica: 2005 – 2013
Periodicidade: anual
Unidade: número
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, IP (INE), Anuários Estatísticos, Inquérito ao Emprego
Cálculos: OLCP

Evolução

Apesar de ambos os territórios caminharem no mesmo sentido em termos de evolução, ao longo da série cronológica aqui apresentada (2005-2013) a região de Lisboa apresentou sempre taxas de desemprego superiores às registadas no continente, sendo nos últimos três anos onde esta diferença se acentua mais, chegando a diferença a ser de mais dois pontos percentuais.
É a partir do ano 2008 que a tendência de crescimento do número de desempregados se intensifica, tanto na região com no continente, sendo em 2012 que se verifica o maior aumento face a período homólogo: 3,5 p.p. na Região de Lisboa e 2,9 p.p. no Continente. Este comportamento ascendente fez com que 2013 fosse o ano com a Taxa de Desemprego mais elevada destes nove anos em análise, registando na região um aumento de 10 p.p. e no continente cerca de 8 p.p.

Taxa de desemprego		
Ano	Região Lisboa	Continente
2005	8,6	7,8
2006	8,5	7,8
2007	8,9	8,1
2008	8,2	7,7
2009	9,8	9,6
2010	11,3	11,0
2011	14,1	12,7
2012	17,6	15,6
2013	18,5	16,1

Síntese Mercado de Trabalho

Síntese Mercado de Trabalho – concelho de Lisboa

Síntese resultante da média aritmética simples de números índice, com base no ano 2008, de quatro variáveis: desempregados inscritos nos Centros de Emprego, pessoas despedidas em processos de despedimento colectivo, pessoal ao serviço dos estabelecimentos e estabelecimentos. As taxas de emprego e desemprego não sendo calculadas para o concelho, não fazem parte desta síntese.

Dados

Série cronológica: 2008 – 2012

Periodicidade: anual

Unidade: %

Cálculos: OLCP

Evolução

Tendo por referência o ano 2008 (base=100) é nítida a degradação contínua dos valores dos indicadores utilizados, sobretudo pela progressão muito negativa do número de desempregados inscritos e dos despedimentos.

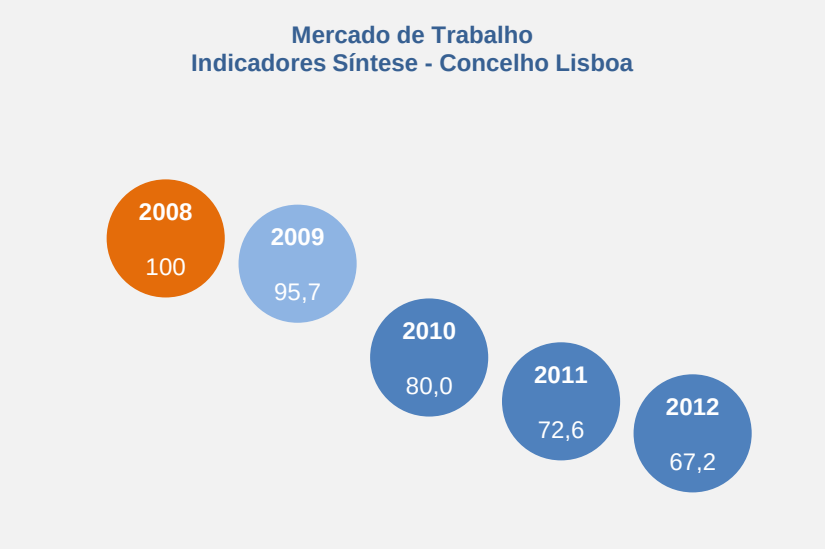
Todos os indicadores sofrem uma evidente quebra a partir de 2010 atingindo, em qualquer dos casos, o seu valor mais baixo destes cinco anos em 2012.

Note-se que o indicador que menos declínio apresenta, o "pessoal ao serviço dos estabelecimentos", inclui os proprietários-gerentes e familiares não remunerados mas não engloba os trabalhadores a recibos verdes, o que a suceder agravaria seguramente a evolução deste indicador.

NOTA: Os Números Índice da Dimensão Mercado de Trabalho não podem ser actualizados pelo facto de existirem indicadores utilizados para a contabilização do índice cuja última actualização disponível diz respeito ao ano 2012.

Números Índice - Concelho Lisboa

Ano	Desempregados	Despedimentos	Pessoal	Estabelecimentos	Média
2008	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2009	75,8	108,7	101,1	97,5	95,7
2010	73,5	60,7	94,2	91,5	80,0
2011	66,2	42,8	92,3	89,1	72,6
2012	56,6	39,6	86,9	85,8	67,2



Educação

As taxas de escolarização e a de retenção e desistência constituem informação fundamental para o acompanhamento deste Domínio, em particular pelo seu contributo para compreender a capacidade do sistema de ensino prosseguir os seus objectivos no sentido da escolarização dos seus alunos e por esse motivo constituírem parte dos indicadores que irão ser acompanhados.

Os dados relativos à acção social escolar, neste momento encontram-se no nível 1 por serem dados anuais, contudo, caso possam vir a ser obtidos com uma periodicidade mais curta, poderão vir a fazer parte dos indicadores de alerta.

Os indicadores de nível 2 ajudarão a compreender e avaliar melhor a evolução deste domínio na cidade de Lisboa, em particular a taxa de analfabetismo e de abandono escolar, bem como a escolaridade da população residente.

.

Educação – Nível 1

Taxa bruta de escolarização no ensino básico

Educação

Indicadores nível 1:

Taxa bruta de escolarização ensino básico
Taxa bruta de escolarização ensino secundário
Taxa retenção e desistência ensino básico
Taxa retenção e desistência ensino secundário
Crianças inscritas na educação pré-escolar com apoio social escolar
Alunos matriculados no 1º. Ciclo do ensino básico com apoio social escolar

Indicadores nível 2:

Taxa de analfabetismo
Taxa de abandono escolar
Escolaridade da população residente

Indicadores de alerta:

Crianças inscritas na educação pré-escolar com apoio social escolar
Alunos matriculados no 1º. Ciclo do ensino básico com apoio social escolar

Definição

Relação percentual entre o número total de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos, neste caso ensino básico, (independentemente da idade) e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudos.

Dados

Série Cronológica: 2004-2013
Periodicidade: anual
Unidade: %
Fonte: GEPE, Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, Ministério da Educação; Direcção Geral de Estatísticas da Educação e da Ciência
Cálculos: OLCPL

Evolução

No concelho de Lisboa há uma subida constante da Taxa Bruta de Escolarização no ensino básico desde 2004/05 até 2008/09, sendo neste ano lectivo que se verifica o maior valor da série aqui analisada e, ao mesmo tempo, o maior aumento registado, o que significa que neste período há um crescimento do número de alunos que deveriam estar a frequentar outro ciclo de ensino.
A partir desse ano lectivo verificou-se uma diminuição deste indicador em todos os anos seguintes, com excepção da Região de Lisboa no ano lectivo 2011/12 que registou um aumento de 1 p.p., não atingindo contudo o valor mais baixo registado em 2004/05.
O último ano lectivo a que se teve acesso (2013/14) é, no período aqui analisado, aquele que apresenta a Taxa Bruta de Escolarização mais baixa (110,3)

Comportamento de Lisboa face à região e ao país

Todos os territórios em todos os períodos temporais analisados apresentam taxas brutas de escolarização no ensino básico superiores a 100%, apresentando o concelho de Lisboa sempre valores superiores face à região e a Portugal. Por exemplo, o valor mais baixo que Lisboa regista (155,2 em 2013/14) ultrapassa o valor mais alto da região de Lisboa (127,2 em 2008/09) e de Portugal (130,6 em 2008/09).
Contudo, regista-se um comportamento semelhante no que respeita à tendência de subida e descida anual da Taxa Bruta de Escolarização, sendo que quando existe uma subida ou descida nos valores, o impacto é sempre maior no concelho de Lisboa.

Taxa Bruta Escolarização – Ensino Básico			
Ano	**Concelho de Lisboa**	**Região de Lisboa**	**Portugal**
2004/05	168,0	118,1	117,4
2005/06	171,0	117,6	116,6
2006/07	175,2	119,3	118,0
2007/08	180,9	122,6	121,3
2008/09	197,8	127,2	130,6
2009/10	186,7	123,9	127,1
2010/11	181,5	120,8	122,2
2011/12	171,1	121,6	117,9
2012/13	164,1	116,7	112,6
2013/14	155,2	112,5	110,3

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 197,8, em 2008/2009

Valor mais baixo: 155,2 em 2013/2014

Variação mais elevada face ao ano anterior: 16,9 valores em 2008/2009

Variação mais baixa face ao ano anterior: 3,0 valores, em 2005/2006

Educação – Nível 1

Taxa bruta de escolarização no ensino secundário

Definição

Relação percentual entre o número total de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos, neste caso ensino secundário, (independentemente da idade) e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudos.

Dados

Série Cronológica: 2004-2013
Periodicidade: anual
Unidade: %
Fonte: GEPE, Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, Ministério da Educação; Direcção Geral de Estatísticas da Educação e da Ciência
Cálculos: OLCPL

Evolução

O ano lectivo 2008/09 quebra a tendência gradual de redução da Taxa Bruta de Escolarização do Ensino Secundário que se vinha a verificar desde o ano lectivo 2006/07. Apesar de a partir do ano 2010/11 os valores começarem a decrescer em todos os territórios, continuam superiores ao registado em 2004/05,
A região de Lisboa (a partir de 2015 denominada Área Metropolitana de Lisboa) e Portugal, no último ano lectivo aqui apresentado, continuam com tendência de decréscimo desta taxa no ensino secundário.

Comportamento de Lisboa face à região e ao país

O concelho de Lisboa no conjunto dos territórios analisados apresenta em todos os anos Taxas Brutas de Escolarização do Ensino Secundário muito mais elevadas, chegando a diferença a atingir na maioria dos anos lectivos mais de 100%. Aliás, a diferença de Lisboa para os restantes territórios acentua-se entre o primeiro e o último ano lectivo em análise. Contudo, o comportamento no que diz respeito à evolução entre os anos é similar, ou seja, o indicador quando desce ou sobe na região e em Portugal, tal acontece também no concelho de Lisboa na maioria dos anos, sendo que a intensidade com que os valores variam é sempre superior.
As excepções verificam-se nos anos lectivos 2008/09 e, sobretudo 2012/13, que ao contrário dos restantes territórios em análise, o concelho de Lisboa regista aumentos da Taxa de Bruta de Escolaridade no ensino secundário, que neste último ano chega a alcançar os 7 p.p.. No entanto, no ano lectivo 2013/14 este indicador volta a registar uma diminuição, regressando à tendência entretanto quebrada.

Taxa Bruta de Escolarização Ensino Secundário			
Ano	**Concelho de Lisboa**	**Região de Lisboa**	**Portugal**
2004/05	213,2	124,8	107,6
2005/06	196,9	112,6	99,5
2006/07	213,2	114,9	102,3
2007/08	211,7	111,0	101,0
2008/09	318,0	156,3	146,7
2009/10	318,4	154,6	146,2
2010/11	302,1	142,5	134,9
2011/12	280,2	133,1	124,9
2012/13	287,7	132,8	121,0
2013/14	279,5	127,6	116,3

Educação – Nível 1

Taxa retenção e desistência no ensino básico

Definição

Taxa de Retenção e Desistência/Ensino Básico: Relação percentual entre o número de alunos que não podem transitar para o ano de escolaridade seguinte e o número de alunos matriculados, nesse ano lectivo.
.

Dados

Série Cronológica: 2004-2013
Periodicidade: anual
Unidade: %
Fonte: GEPE, Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, Ministério da Educação; (*) Direcção Geral de Estatísticas da Educação e da Ciência
Cálculos: OLCPL

Evolução

Portugal e a região de Lisboa desde o início do período em análise registaram uma diminuição gradual da Taxa de Retenção e Desistência no ensino básico, sendo no ano lectivo 2007/08 que esta redução tem maior significado face ao ano anterior.
Contudo, a partir de 2011/12, esta tendência de redução foi interrompida, havendo um aumento no número de alunos que não completou com sucesso o ciclo de ensino frequentado nos dois últimos anos lectivos.
No concelho de Lisboa a evolução deste indicador não é tão linear com nos restantes territórios, intercalando-se situações de redução ligeira bem como de aumento, face a período homólogo. No entanto, destacamos o ano lectivo 2006/07, por ter registado a maior diminuição do valor, e o ano 2011/12 por ter apresentado um comportamento distinto, ou seja, o maior aumento, estabelecendo este ano como aquele que apresenta a maior taxa de retenção e desistência no ensino básico no período de dez anos aqui analisado.
O último ano lectivo aqui em análise, reflecte de novo uma diminuição do valor do indicador em todos os territórios.

Comportamento de Lisboa face à região e ao país

O concelho de Lisboa iniciou esta série temporal sendo o território com a taxa de retenção e desistência no ensino básico mais baixa, comparativamente com Portugal e Região de Lisboa. Em relação a esta última, a tendência manteve-se. Mesmo após se ter observado o valor da taxa aumentar mais face a período homólogo no ano lectivo 2011/12, o concelho continua a apresentar uma Taxa de Retenção e Desistência inferior à da região, apesar de a diferença se ter atenuado ao longo do período em análise, aproximando-se assim dos valores da região.
No que concerne a Portugal, assiste-se a uma reversão do comportamento a partir do ano lectivo 2007/08, ultrapassando o concelho de Lisboa os valores registados a nível nacional em todos os anos seguintes, apresentando assim uma taxa de retenção e desistência superior no ensino básico.

Taxa de Retenção e Desistência Ensino Básico			
Ano	**Concelho de Lisboa**	**Região Lisboa**	**Portugal**
2004/05	10,6	12,3	11,8
2005/06	9,9	11,6	10,7
2006/07	10,1	11,3	10,1
2007/08	8,9	9,7	7,9
2008/09	8,9	9,5	7,8
2009/10	8,8	9,6	7,9
2010/11	8,4	8,9	7,5
2011/12	10,9	11,2	9,7
2012/13	10,7	11,4	10,4
2013/14	10,5	11,2	10,0

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 10,9 % em 2011/2012

Valor mais baixo: 8,4 %. em 2010/2011

Variação mais elevada face ao ano anterior: 2,5 valores em 2011/2012

Variação mais baixa face ao ano anterior: 0 valores em 2008/2009

Educação – Nível 1

Taxa retenção e desistência no ensino secundário

Definição

Relação percentual entre o número de alunos que não podem transitar para o ano de escolaridade seguinte e o número de alunos matriculados, nesse ano lectivo.

Dados

Série Cronológica: 2004-2013
Periodicidade: anual
Unidade: %
Fonte: GEPE, Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, Ministério da Educação; (*) Direcção Geral de Estatísticas da Educação e da Ciência
Cálculos: OLCPL

Evolução

Os valores da Taxa de Retenção e Desistência no Ensino Secundário caracterizam-se por uma redução até ao lectivo 2008/09 em todos os territórios, significando uma redução de alunos que ficaram retidos no mesmo ano, seja por desistência, seja por insucesso.
Nos dois anos lectivos seguintes, sobretudo em 2010/11, esta tendência quebra-se e verifica-se um aumento da Taxa de retenção e desistência, sendo este aumento superior no concelho de Lisboa.
Volta-se a verificar uma alteração de comportamento nos seguintes dois anos lectivos, com a redução novamente deste indicador. Contudo, no concelho e região de Lisboa o valor continuou superior ao registado em 2008/09, ano com valor mais baixo.

Comportamento de Lisboa face à região e ao país

Comparativamente com a região de Lisboa, o concelho apresentou em todos os anos em análise, um comportamento mais positivo no que se refere aos valores da taxa de retenção e desistência no ensino secundário, havendo menos alunos que ficaram retidos ou que desistiram.
Em relação ao país, o concelho de Lisboa possuía valores inferiores até 2009/10, contudo, a partir desse ano e nos quatro anos seguintes, o percurso inverteu-se e Lisboa ultrapassa os valores registados em Portugal em cerca de 1,5 p.p., piorando assim os valores que dizem respeito à taxa de retenção e desistência no ensino secundário.
A tendência de redução do indicador que se estava a verificar nos dois últimos anos lectivos, deixou de se confirmar em 2013/14, voltando a taxa de retenção e desistência no concelho de Lisboa a aumentar, apesar de ligeiramente.

Taxa de Retenção e Desistência Ensino Secundário

Ano	Concelho de Lisboa	Região Lisboa	Portugal
2004/05	29,7	32,9	32,1
2005/06	28,6	31,7	31,1
2006/07	23,3	26,7	24,8
2007/08	20,2	23,5	21,0
2008/09	18,2	21,5	19,1
2009/10	18,7	21,9	19,3
2010/11	22,1	24,7	20,8
2011/12	21,2	23,7	20,1
2012/13	20,5	22,7	19,0
2013/14	20,6	21,8	18,5

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 29,7 % em 2004/05
Valor mais baixo: 18,2 % em 2008/09
Variação mais elevada face ao ano anterior: -5,3 valores em 2006/07
Variação mais baixa face ao ano anterior: 0,5 valores em 2009/2010

Educação – Nível 1

Crianças inscritas na educação pré-escolar com apoio social escolar

Definição

Alunos inscritos no 1º ciclo do ensino básico cujas condições de recursos dos agregados familiares implicam a aplicação das medidas da acção social escolar inscritas nas modalidades de apoio alimentar, alojamento e auxílios económicos reguladas pelo Despacho n.º 18987/2009, DR, 2ª série, de 17 de Agosto, com as alterações constantes dos Despachos n.º 14368-A/2010, DR, 2ª série, de 14 de Setembro, e n.º 12284/2011, DR, 2ª série, de 19 de Setembro, e n.º 11861/2013, DR, 2ª série, de 12 de Setembro. (in Câmara Municipal de Lisboa)

Dados

Série Cronológica: 2007-2014
Periodicidade: anual
Unidade: %
Fonte: Câmara Municipal de Lisboa, Departamento de Educação
Cálculos: OLCPL

Evolução

A partir do ano lectivo 2008/09 a 2010/11 há um aumento de alunos do ensino pré-escolar que recebem apoio escolar, verificando-se mesmo a maior diferença percentual entre anos (+14 pontos) no período 2009/10, valor este que sofre uma redução nos dois anos lectivos seguintes.
Contudo, esta tendência de redução é quebrada em 2013/14, onde metade das crianças inscritas beneficia de apoio social escolar, o valor mais elevado desde o início da série, registando um aumento de treze pontos face ao ano lectivo anterior.
Apesar de no último ano lectivo aqui apresentado se verificar uma redução percentual face ao ano anterior, 2014/15 apresenta o segundo valor mais elevado do período aqui representado.

Crianças pré-escolar com apoio social escolar	
Ano	**Concelho Lisboa**
2007/08	34%
2008/09	28%
2009/10	42%
2010/11	43%
2011/12	39%
2012/13	38%
2013/14	51%
2014/15	47%

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 51% em 2013/2014

Valor mais baixo: 28% em 2008/2009

Variação mais elevada face ao ano anterior: 14 valores em 2008/2010

Variação mais baixa face ao ano anterior: 1 valor em 2010/2011

Educação – Nível 1

Percentagem de alunos matriculados no 1º. ciclo do ensino básico com apoio social escolar

Definição

Alunos inscritos no 1º ciclo do ensino básico cujas condições de recursos dos agregados familiares implicam a aplicação das medidas da acção social escolar inscritas nas modalidades de apoio alimentar, alojamento e auxílios económicos reguladas pelo Despacho n.º 18987/2009, DR, 2ª série, de 17 de agosto, com as alterações constantes dos Despachos n.º 14368-A/2010, DR, 2ª série, de 14 de Setembro, e n.º 12284/2011, DR, 2ª série, de 19 de Setembro, e n.º 11861/2013, DR, 2ª série, de 12 de Setembro. (in Câmara Municipal de Lisboa).

Dados

Série Cronológica: 2007-2014
Periodicidade: anual
Unidade: %
Fonte: Câmara Municipal de Lisboa, Departamento de Educação
Cálculos: OLCPL

Evolução

Verifica-se nos três primeiros anos lectivos uma tendência de crescimento da percentagem de alunos do 1º ciclo com apoio social escolar, registando-se mesmo entre os dois primeiros anos o maior aumento (9 p.p.).
Esse crescimento é interrompido a partir de 2010/11 e durante os dois anos lectivos seguintes, traduzindo-se numa redução de alunos beneficiários de ajuda escolar.
O ano 2013/14, regista um novo aumento, sendo o período cuja percentagem chega a ser a segunda mais elevada da série, revelando um agravamento nas condições económicas dos agregados familiares. O ano seguinte volta a registar uma redução de 5 p.p.

Alunos EB-1º ciclo vs Apoio social escolar

Ano	Concelho de Lisboa
2007/08	38%
2008/09	47%
2009/10	49%
2010/11	45%
2011/12	44%
2012/13	41%
2013/14	48%
2014/15	43%

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 49% em 2009/10

Valor mais baixo: 38% em 2007/08

Variação mais elevada face ao ano anterior: 9 valores em 2008/09

Variação mais baixa face ao ano anterior: -1 valor em 2010/11

Educação – Nível 2

Taxa de analfabetismo

Definição

Taxa definida tendo como referência a idade a partir da qual um indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever. Considera-se que essa idade corresponde aos 10 anos, equivalente à conclusão do ensino básico primário.

Dados

Série Cronológica: 1981-2011
Periodicidade: decenal
Unidade: %
Fonte: INE, Censos
Cálculos: OLCPL

Evolução

A taxa de analfabetismo registou uma tendência de redução ao longo dos anos, apenas quebrada no concelho de Lisboa em 2001, sendo dos três territórios o único a apresentar um ligeiro aumento. A década de 90 foi a que sentiu a maior redução em todos os territórios.

Comportamento de Lisboa face à região e ao país

A população no concelho de Lisboa nas últimas quatro décadas revelou sempre níveis de iliteracia inferiores à população nacional, estando os valores muito próximos dos registados na região de Lisboa.
Apesar de entre 1981 e 2011 Portugal ser dos três territórios em análise aquele com maiores reduções na taxa de analfabetismo, passando o seu valor de 18,6 para 5,2, o concelho e a região de Lisboa continuam em 2011 a apresentar o valor mais baixo, existindo três em cada cem pessoas com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever, enquanto em Portugal este valor corresponde a cinco em cada cem pessoas.

Taxa analfabetismo			
Ano	Concelho de Lisboa	Região de Lisboa	Portugal
1981	9,3	10,9	18,6
1991	5,7	6,1	11,0
2001	6,0	5,7	9,0
2011	3,2	3,2	5,2

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 9,3% em 1981

Valor mais baixo: 3,2% em 2011

Variação mais elevada face ao ano anterior: -3,6 valores, em 1981/1991

Variação mais baixa face ao ano anterior: 0,3 valores em 1991/2001

Educação – Nível 2

Taxa de abandono escolar

Definição

Saída do sistema de ensino antes da conclusão da escolaridade obrigatória, dentro dos limites etários previstos na lei. (População residente com idade entre 10 e 15 anos que abandonou a escola sem concluir o 9º ano/ População residente com idade entre 10 e 15 anos)*100.

Dados

Série Cronológica: 1991-2011
Periodicidade: decenal
Unidade: %
Fonte: INE, Censos
Cálculos: OLCPL

Evolução

O abandono escolar sofreu uma redução nas três décadas em análise, sobretudo nos anos 90 tendo registado a nível nacional uma redução que quase atingiu os 10%, sendo o concelho de Lisboa, a seguir a Portugal, onde as melhorias se fazem sentir. De 6,2 p.p. em 1991, metade do valor registado em Portugal, passa para 1,7 p.p. em 2011, ligeiramente acima do valor nacional, concluindo-se assim que cerca de duas pessoas entre os 10 e os 15 anos em cada cem abandonavam o ensino antes de concluir a escolaridade obrigatória.

Comportamento de Lisboa face à região e ao país

O concelho de Lisboa apresenta em 1991 e 2001 valores de abandono escolar que o colocam numa melhor posição face a Portugal e num lugar ligeiramente inferior face à região.
Contudo, a tendência de redução verificada nos restantes territórios ao logo das décadas também é sentida no concelho, indicando que há menos pessoas entre os 10 e os 15 anos a desistir do ensino obrigatório, provocando uma melhoria do indicador.

Taxa abandono escolar			
Ano	**Concelho de Lisboa**	**Região de Lisboa**	**Portugal**
1991	6,2	5,2	12,6
2001	2,2	1,9	2,8
2011	1,7	1,7	1,6

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 6,2 % em 1991

Valor mais baixo: 1,7 % em 2011

Variação mais elevada *face ao ano anterior*: -4,0, em 1991/2001

Variação mais baixa face ao ano anterior: -0,5 em 2001/2011

Educação – Nível 2

População residente e nível de escolarização

Definição

Nível ou grau de ensino mais elevado que o indivíduo concluiu ou para o qual obteve equivalência, e em relação ao qual tem direito ao respectivo certificado ou diploma.

Dados

Série Cronológica: 2001-2011
Periodicidade: decenal
Unidade: %
Fonte: INE, Censos
Cálculos: OLCPL

Evolução

Em dez anos, tanto a população do concelho e região de Lisboa como os residentes nacionais melhoram os seus níveis de escolarização. Apesar desta melhoria se ter traduzido no aumento de população com escolarização para níveis escolares mais elevados, como o ensino secundário e superior (tendo este grau de ensino no concelho um aumento correspondente a 59% e em Portugal a 85%), as habilitações literárias que continuavam a predominar em 2011, em todos os territórios, eram as correspondentes ao ensino básico.

Comportamento de Lisboa face à região e ao país

Tal como a região e o País, o concelho de Lisboa nestes 10 anos diminuiu a população residente sem escolarização e apenas com o ensino básico, tendo neste último caso diminuído mais que os restantes territórios. Apesar de os residentes com o ensino secundário terem reduzido, ao contrário do que se verificou em Portugal e na região que registaram um aumento, Lisboa viu crescer os residentes com ensino superior, sendo o segundo grau de ensino que concentra mais população.

População residente e nível de escolarização (%)

ANO	Concelho Lisboa				Região Lisboa				Portugal			
	S/ Esc.	E. Bas.	E. Sec.	E. Sup	S/ Esc.	E. Bas.	E. Sec.	E. Sup	S/ Esc.	E. Bas.	E. Sec.	E. Sup
2001	19,1	46,0	16,1	17,2	20,9	51,7	15,8	10,5	26,4	55,4	11,0	6,5
2011	15,0	41,8	15,7	27,4	16,8	49,0	17,4	16,7	18,9	54,8	14,3	12,0

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 46% em 2001 (ensino básico) e 41,8% em 2011 (ensino básico)

Valor mais baixo: 17,2% em 2001 (ensino superior) e 15,0 em 2011 (sem escolarização)

Variação mais elevada *face ao ano anterior*: 10,2 (ensino superior)

Variação mais baixa face ao ano anterior: -0,4 (ensino secundário)

Síntese Educação

Síntese Educação – concelho de Lisboa

Síntese resultante da média aritmética simples de números índices, com base no ano 2008, de 4 variáveis: Taxa bruta de escolarização ensino básico, Taxa bruta de escolarização ensino secundário, Taxa de retenção e desistência ensino básico, Taxa de retenção e desistência ensino secundário.

Dados

Série cronológica: 2008 – 2013

Periodicidade: anual

Unidade: %

Cálculos: OLCP

Evolução

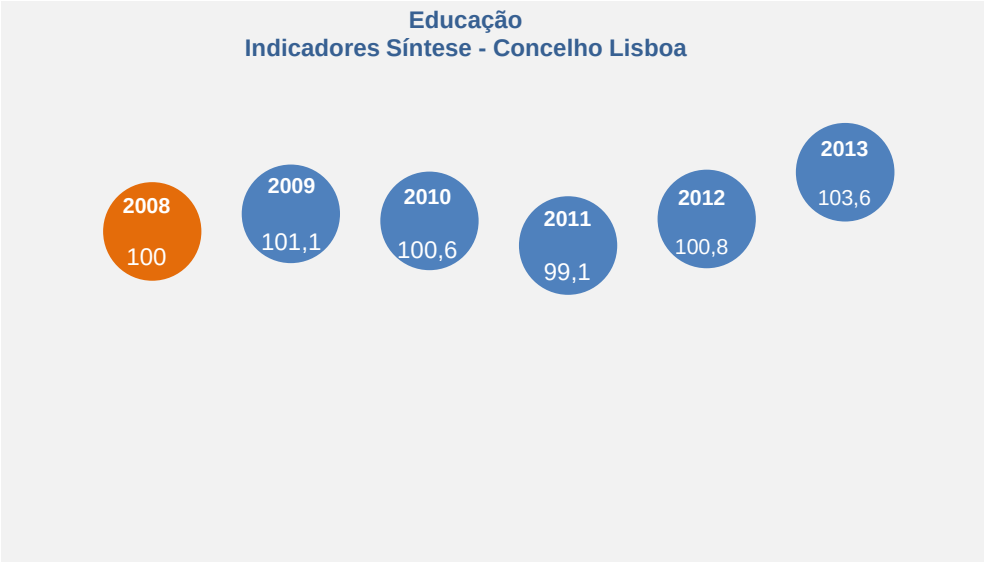
Tendo por referência o ano 2008/09 (base=100) nota-se uma pequena melhoria do índice no ano lectivo seguinte de 1,1% provocado pela redução dos valores da taxa bruta de escolarização e da taxa de retenção e desistência no ensino básico.

Contudo, nos dois anos seguintes, o valor baixa, reflexo do aumento da taxa de retenção e desistência no ensino básico (ano lectivo 2011/12) e no ensino secundário (nos anos lectivos 2009/10 e 2010/11), provocando um agravamento do índice.

O valor índice volta a aumentar nos dois anos lectivos seguintes na sequência da melhoria dos indicadores das taxas bruta de escolarização no ensino básico e secundário.

Números Índice – Concelho Lisboa

Anos	T.Bruta Ens. Basico	T.Bruta Ens. Secun.	T.R.D Ens.Basico	T.R.D. Ens. Secun.	MÉDIA
2008-09	100	100	100	100	100
2009-10	105,9	99,9	98,9	102,7	101,1
2010-11	109,0	105,3	94,4	121,4	100,6
2011-12	115,6	113.5	122,5	116,5	99,1
2012-13	120,5	110,5	83,2	88,8	100,8
2013-14	127,4	113,8	84,8	88,3	103,6



Habitação

Os indicadores de nível 2, Despesa anual média por agregado – habitação (%) e Escalão do valor da renda dos alojamentos clássicos (%), ajudarão a compreender e avaliar melhor a evolução deste domínio na cidade de Lisboa.

Os indicadores que irão ser acompanhados e, neste caso, também considerados indicadores de alerta, estão sobretudo relacionados com despesas associadas à manutenção de uma habitação, como são os consumos de energia e água, mas também com os pedidos de habitação de renda controlada que anualmente são solicitados no âmbito do Regulamento do Regime de Acesso à Habitação Municipal (RRAHM).

Na actualização dos dados efectuada no final do ano de 2014, não foi possível proceder à introdução de nova informação relativamente ao consumo de gás butano e consumo de energia eléctrica por consumidor doméstico, por estes dados não se encontrarem disponíveis nos Anuários Estatísticos de 2013.

Nota: No caso de não se conseguir dados de âmbito concelhio, optou-se por preencher na ficha síntese apenas os campos relativos à definição, dados e evolução.

Habitação

Indicadores Nível 1

Nº de pedidos de habitação municipal
Corte de água efectuados/Nº avisos corte emitidos
Consumo de gás butano
Consumo de energia eléctrica por consumidor doméstico

Indicadores Nível 2

Despesa anual média por agregado – habitação (%)
Escalão do valor da renda dos alojamentos clássicos (%)

Indicadores de alerta

Nº de pedidos de habitação municipal
Corte de água efectuados/Nº avisos corte emitidos

Habitação – Nível 1

Número de pedidos de habitação municipal no âmbito do Regulamento do Regime de Acesso a Habitação Municipal (RRAHM)

Definição

Número de pedidos de habitação municipal, habitação de custo controlado, propriedade do município, de acordo com o regulamento do regime de acesso a habitação municipal, norma regulamentar com o intuito de regular as condições de acesso e os critérios de selecção para atribuição do direito à habitação.

Dados

Série Cronológica: 2010-2014
Periodicidade: anual
Unidade: número
Fonte: Câmara Municipal de Lisboa/Departamento de Habitação (relatórios de monitorização)
Cálculos: OLCPL

Evolução

O ano 2010 foi aquele que na série aqui apresentada registou um maior número de pedidos de habitação municipal, relacionando-se tal facto, sobretudo, com a entrada em vigor do novo regulamento de acesso à habitação municipal (RRAHM) em Dezembro de 2009.
O número de pedidos estabilizou a partir de 2011, contudo, e apesar de se ter verificado uma quebra em 2013 relativamente aos dois anos anteriores, a percentagem de candidaturas classificadas (que cumpriam todos os requisitos) aumentou gradualmente, chegando em 2013 a valores de 2010.
Em 2014 o número de pedidos voltou a aumentar, sendo o segundo ano com mais pedidos registados, traduzindo-se no aumento das candidaturas homologadas.

Habitação Municipal			
Ano	Nº de Pedidos entrados (PE)	Candidaturas homologada (CH)	Candidaturas homologadas/Nº pedidos (%)
2010	5.414	4.032	74,5%
2011	3.739	2.573	68,8%
2012	3.795	2.623	69,1%
2013	3.411	2.540	74,5%
2014	3.818	2.876	75,3%

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 5.414 em 2010 (PE); 4.032 em 2010 (CH); 75,3% em 2014 (CH/ PE)
Valor mais baixo: 3.411 em 2013 (PR); 2540 em 2013 (CH); 68,8% em 2011 (CH/ PE)
Variação absoluta mais elevada face ao ano anterior: -1.675 valores em 2011
Variação absoluta mais baixa face ao ano anterior: 56 valores em 2012
Variação percentual mais elevada face ao ano anterior: -30,9 p.p. em 2011
Variação percentual mais baixa face ao ano anterior: 1,5 p.p. em 2012

Habitação – Nível 1

Consumo de energia eléctrica por consumidor doméstico (kWh)

Definição

Energia eléctrica consumida por consumidor doméstico (medida em kWh).

Dados

Série Cronológica: 2006 a 2012
Periodicidade: anual
Unidade: KWh
Fonte: INE, Anuários Estatísticos, Indicadores de energia por Município
Cálculos: OLCPL

Evolução

O consumo de energia eléctrica por consumidor doméstico no período de sete anos analisado, regista sempre uma diminuição, com excepção de dois anos no meio da série (2009 e 2010), cujo valor do consumo regista um aumento.
A última actualização deste indicador diz respeito ao ano 2012.

Comportamento de Lisboa face à região e ao país

O concelho de Lisboa, tal como a região, viu o consumo de energia eléctrica por consumidor doméstico diminuir entre 2006 e 2008, sendo este último aquele que apresentou um dos consumos mais baixos em todos os territórios, apenas suplantado por 2012, ano em que o consumo de energia eléctrica por consumidor doméstico foi mesmo o mais baixo de toda a série aqui apresentada, com a região e o concelho de Lisboa a apresentarem a diminuição mais acentuada. 2010 foi para estas áreas geográficas, o ano com maior consumo.

Consumo de energia eléctrica por consumidor doméstico

Ano	Concelho de Lisboa	Região de Lisboa	Portugal
2006	2.477,70	2.498,60	2.543,80
2007	2.460,00	2.467,10	2.611,20
2008	2.331,90	2.355,10	2.510,30
2009	2.541,60	2.531,40	2.629,30
2010	2.635,10	2.575,20	2.671,60
2011	2.481,80	2.454,20	2.530,70
2012	2.316,80	2.299,90	2.394,70

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 2.635,10 kWh (2010)
Valor mais baixo: 2.316,80 kWh (2012)
Variação percentual mais elevada face ao ano anterior: 9,0 p.p. em 2009
Variação percentual mais baixa face ao ano anterior: -0,7 p.p. em 2007
Variação absoluta mais elevada face ao ano anterior: 209,70 valores em 2009
Variação absoluta mais baixa face ao ano anterior: -17,70 valores em 2007

Habitação – Nível 1

Consumo de gás butano

Definição

Consumo de gás em garrafa tradicional de gás butano

Dados

Série Cronológica: de 2006 a 2012
Periodicidade: anual
Unidade: tonelada
Fonte: INE, Anuários Estatísticos, Vendas de combustíveis para consumo por Município
Cálculos: OLCPL

Evolução

O consumo de gás butano por utilizadores domésticos conheceu uma forte quebra nos sete anos em análise no concelho e região de Lisboa, sendo que em Portugal tal só se verifica a partir de 2007. Se bem que a redução de consumo já se fizesse sentir nos dois anos anteriores, foi a partir de 2011 que essa redução se acentuou no País e na Região, ano em que, a partir de Outubro, a taxa de IVA do gás butano sofreu um agravamento de 6% para 23%.
A última actualização deste indicador diz respeito ao ano 2012.

Comportamento de Lisboa face à região e ao país

Lisboa acompanhou o decréscimo percentual verificado na Região entre 2006 e 2012, período durante o qual a maior quebra de consumo se verificou a nível nacional.
No entanto, entre 2008 e 2012 Lisboa conhece uma quebra muito inferior à registada na Região, voltando neste período a ser a nível nacional que se regista uma forte queda do consumo (menos cerca de 42%). Em 2012 o consumo aumenta em Lisboa e na Região.

Consumo de gás butano

Ano	Concelho de Lisboa	Região de Lisboa	Portugal
2006	8.906	64.176	348.186
2007	7.273	61.781	399.503
2008	6.978	59.647	377.940
2009	7.010	57.792	283.536
2010	6.996	55.285	280.183
2011	6.024	49.290	259.528
2012	6.364	46.725	220.094

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 8.906, em 2006
Valor mais baixo: 6.024, em 2011
Variação percentual mais elevada face ao ano anterior: -18,3 p.p. em 2007
Variação percentual mais baixa face ao ano anterior: - 0,2 p.p., em 2010
Variação absoluta mais elevada face ao ano anterior: -1.633 valores, em 2007
Variação absoluta mais baixa face ao ano anterior: -14 valores, em 2010

Habitação – Nível 1

Cortes de água efectuados/nº avisos corte emitidos

Definição

Cortes de água: interrupção no abastecimento de água devido a atrasos no pagamento das facturas durante um período de quatro meses relativas a consumo de água por clientes domésticos
Avisos de corte emitidos: carta de aviso com novo prazo para ser efectuado o pagamento.

Dados

Série Cronológica: 2008-2014
Periodicidade: anual
Unidade:%
Fonte: Epal
Cálculos: OLCPL

Evolução

Verifica-se que entre 2008 e 2010 o número de cortes no abastecimento de água para consumo doméstico sofreu uma redução de 5%. Apesar de nos dois anos seguintes se ter verificado, respectivamente, um aumento e uma diminuição deste indicador face ao ano anterior (+4,4% e -2,9%), em 2013 o valor volta a subir tornando-se o ano com a percentagem mais elevada de famílias com cortes de água efectuado.
Em 2014 volta a registar-se uma diminuição neste indicador, significando que face ao número de avisos de corte emitidos, apenas 12% das habitações sofreram cortes efectivos de água.

Cortes água efectuados / Nº avisos corte emitidos (%)	
Ano	**Concelho Lisboa**
2008	14,9
2009	12,5
2010	10,2
2011	14,6
2012	11,7
2013	15,9
2014	12,1

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 15,9% em 2013

Valor mais baixo: 10,2% em 2010

Variação mais elevada face ao ano anterior: 4,4 valores em 2010

Variação mais baixa face ao ano anterior: -2,3 valores em 2009

Habitação – Nível 2

Despesa anual média por agregado – despesas com habitação

Definição

Percentagem de gastos que os agregados familiares têm em despesas com habitação (incluindo renda de casa, despesas com água, electricidade, gás e outros combustíveis)

Dados

Série Cronológica: 2005/2006; 2010/2011
Periodicidade: quinquenal
Unidade: %
Fonte: INE, Inquérito às despesas das famílias
Cálculos: OLCPL

Evolução

A importância das despesas em habitação no total dos encargos mantém uma tendência crescente nos agregados familiares, tanto em Portugal como na região de Lisboa.
A região de Lisboa apresenta mesmo valores superiores aos nacionais. Apesar de a despesa média anual de habitação por agregado ter registado um crescimento entre os dois períodos em análise também em Portugal, na região de Lisboa este aumento é superior.

Despesa anual média por agregado - Habitação (%)

Anos	Portugal	Região Lisboa
2005/2006	26,6	27,4
2010/2011	29,2	31,0

Habitação – Nível 2

Escalão do valor da renda dos alojamentos clássicos e residência habitual

Definição

Renda do alojamento é o quantitativo devido mensalmente ao senhorio pela utilização do alojamento/fogo para fins habitacionais

Dados

Série Cronológica: 2001 e 2011
Periodicidade: decenal
Unidade: %
Fonte: INE, Censos
Cálculos: OLCPL

Evolução

Verifica-se em 10 anos em todos os territórios em análise um aumento do peso percentual dos alojamentos familiares com um valor de renda mais elevado.
Em Lisboa, o escalão de renda dos alojamentos familiares arrendados que prevalece é o da categoria inferior a 100€, no entanto, em 2011 as casas com rendas de 500€ ou mais triplicou.

Comportamento de Lisboa face à região e ao país

Tal como no concelho, também na região e em Portugal em 10 anos as rendas inferiores a 100€, apesar de continuarem a prevalecer, perderam a importância que tinham em 2001, tendo os alojamentos com rendas superiores ganhado mais relevância.
Assim, em Lisboa, na região e no país, as rendas acima dos 300€ obtiveram um incremento grande, contudo, em Lisboa a presença de alojamentos cujo valor do arrendamento ultrapassa os 500€ tem uma presença mais forte, sendo a segunda categoria de preços com mais relevância.

Alojamentos familiares clássicos arrendados por escalões de renda (%)

Ano	Concelho Lisboa		Região Lisboa		Portugal	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
<100€	71,4%	38,7%	66,0%	34,5%	59,4%	32,4%
100€ - 199,99€	11,1%	14,2%	10,7%	11,0%	17,3%	15,6%
200€ - 299,99€	5,0%	7,9%	8,4%	10,2%	12,4%	17,2%
300€ - 399,99€	3,8%	12,7%	7,5%	19,1%	6,7%	19,2%
400€ - 499,99€	3,3%	6,8%	3,7%	10,3%	2,3%	7,3%
500€ ou mais	5,4%	19,8%	3,7%	14,8%	1,9%	8,2%

Síntese Habitação

Síntese Habitação – concelho de Lisboa

Índice resultante da média aritmética simples de números índices, com base no ano 2008, de três variáveis: Consumo de gás butano, Consumo de energia eléctrica, Cortes de água efectuados após emissão de avisos de corte.

Dados

Série Cronológica: 2008-2012

Periodicidade: anual

Unidade: %

Cálculos: OLCPL

Evolução

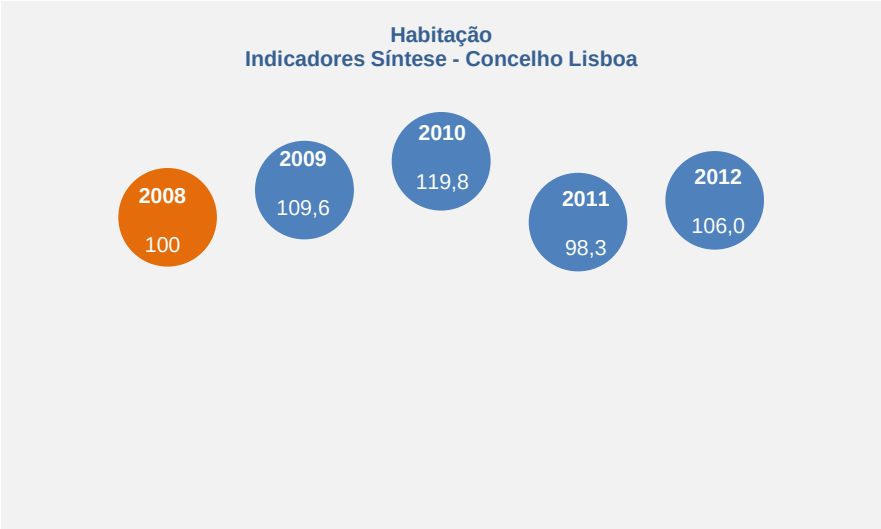
Tendo por referência o ano 2008 (base=100) nota-se uma evolução positiva entre 2008 e 2010, atingindo o valor de 119,8 em 2010. Esta melhoria está relacionada com o aumento do consumo de energia eléctrica por consumidor doméstico e com a redução dos cortes de água.

No ano seguinte, assiste-se a uma redução de 21,5 valores, provocado pelo aumento dos cortes de abastecimento de água, e pela redução tanto do consumo de energia eléctrica como de gás butano.

A diminuição dos cortes de água contribuiu para o aumento do valor do índice em 2012.

NOTA: Os Números Índice da Dimensão Habitação não podem ser actualizados pelo facto de existirem indicadores utilizados para a contabilização do índice cuja última actualização disponível diz respeito ao ano 2012.

Números Índice				
Ano	Consumo de gás butano	Consumo de Energia Eléctrica por Consumidor Doméstico	Cortes de Água Efectuados/Nº Avisos Corte Emitidos	MÉDIA
2008	100,0	100,0	100,0	100,0
2009	100,5	109,0	119,2	109,6
2010	100,3	113,0	146,1	119,8
2011	86,3	106,4	102,1	98,3
2012	91,2	99,4	127,4	106,0



Demografia

O enquadramento demográfico revela-se, pela sua importância na compreensão das diversas dimensões sociais que o compõem, determinante para contextualizar o conjunto de informação a ser trabalhada no Referencial Estratégico, mas também pelo facto de o concelho de Lisboa viver situações intimamente ligadas à sua dimensão urbana (da sua região e da área metropolitana onde se insere), com as características próprias de um território de forte concentração de população, de recursos, de oportunidades, mas também de desigualdades sociais extremadas no acesso aos recursos e de exclusão.

A par disso, a cidade de Lisboa apresenta características próprias, distintivas, que não podem ser confundidas no conjunto da realidade regional que a rodeia, se bem que devam ser compreendidas tendo essa realidade em conta.

Devido às suas características esta área não possui a categorização de indicadores em níveis

Demografia

Indicadores

População residente
Índice Envelhecimento
Índice Dependência Idosos
Índice de Dependência de Jovens
Índice de Longevidade
Índice de Renovação

Demografia

População residente

Definição

Pessoas que, independentemente de no momento de observação - zero horas do dia de referência - estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres

Dados

Unidade: número
Série Cronológica: 2004-2014
Periodicidade: anual
Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

Evolução

A nível nacional regista-se um aumento do número de residentes ao longo dos primeiros seis anos desta série, tendência que a Região acompanha e prossegue até 2011, terminando este período de oito anos com um acréscimo de quase 95.000 pessoas, correspondente a um aumento de 3% dos seus residentes.
As estimativas relativamente ao número de residentes indicam que o concelho de Lisboa ao longo deste período temporal foi perdendo sempre população, menos 9 p.p. em 2014 face ao ano de partida.

Comportamento de Lisboa face à região e ao país

O concelho de Lisboa, contrariamente à região, conhece uma forte perda de população nestes dez anos de análise, tendência que se acentua entre 2011 e 2013, anos durante os quais a perda de população ultrapassa os 25 mil habitantes. Apesar de em 2014 se continuar a registar perda de população residente, a variação é menor face aos três anos anteriores (0,5 p.p)
Assiste-se, portanto, a uma tendência de atracção de população por parte da Região de Lisboa pelo menos até ao ano 2011, ano a partir do qual também começa a perder residentes até 2013.

População residente			
Ano	Concelho Lisboa	Região Lisboa	Portugal
2004	558.019	2.732.440	10.494.672
2005	555.715	2.745.623	10.511.988
2006	553.646	2.759.501	10.532.588
2007	552.118	2.775.675	10.553.339
2008	550.934	2.792.105	10.563.014
2009	549.998	2.808.205	10.573.479
2010	548.422	2.822.761	10.572.721
2011	537.412	2.827.050	10.542.398
2012	524.282	2.818.388	10.487.289
2013	511.667	2.807.525	10.427.301
2014	509.312	2.809.168	10.374.822

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 558.019, em 2004
Valor mais baixo: 509.312 em 2013
Variação percentual mais elevada face ao ano anterior: -2,4 p.p. em 2012 e 2013
Variação percentual mais baixa face ao ano anterior: - 0,2 p.p. em 2008 e 2009
Variação absoluta mais elevada face ao ano anterior: - 13.130 valores em 2012
Variação absoluta mais baixa face ao ano anterior: - 936 valores em 2009

Demografia

Índice de Envelhecimento

Definição

Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos.

Dados

Série Cronológica: 2004-2014
Periodicidade: anual
Unidade: número
Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente
Cálculos: OLCPL

Evolução

No período temporal em análise, na região de Lisboa e Portugal, o aumento da taxa de envelhecimento é nítida, aumentando assim o número de pessoas com 65 ou mais anos por cada 100 jovens. A nível nacional este crescimento é sempre superior ao registado na região, sendo 2009 e 2013 os anos cujo aumento é superior face a período homólogo, existindo neste último ano 136 idosos para cada 100 jovens, valor superior ao da região, onde por cada 100 jovens residem 125 idosos.
O concelho de Lisboa, comparativamente com estes dois territórios, apresenta um comportamento distintivo em dois aspectos, seja em termos dos valores muito mais elevados deste índice, indicando assim ser uma cidade mais envelhecida face à região e a Portugal, seja em relação à tendência de evolução. Apesar de inferior, acompanha a tendência de aumento do índice de envelhecimento verificada nas restantes áreas geográficas até ao ano 2008. Contudo, em 2008 e a partir de 2011, há uma redução do índice, fazendo que 2014 seja, no conjunto dos anos, aquele que apresenta um valor mais baixo (189 idosos por cada 100 jovens).
Apesar desta tendência de diminuição, Lisboa mantém-se mais envelhecida, tendo uma relação de população residente com 65 ou mais anos por cada 100 pessoas dos 0 aos 14 anos muito superior que a região e o país.
Em nenhum dos territórios, em qualquer dos anos, alguma vez o número de idosos foi inferior ao dos jovens, situação que só poderá ser encontrada recuando até aos anos 90 do século passado. O aumento da esperança média de vida e o declínio da fecundidade influenciam decisivamente esta evolução.

Comportamento de Lisboa face à região e ao país

Lisboa apresenta uma taxa de envelhecimento extremamente elevada, com a população idosa a duplicar a mais jovem (200 idosos por cada 100 jovens em 2010 e 2011), pelo que não será de estranhar que Lisboa seja dos três territórios aquele que apresenta o menor agravamento da taxa de envelhecimento neste período. Em 2013, pela primeira vez nestes anos, esta taxa diminuiu em Lisboa, tendência que se continua a verificar no ano seguinte: 189,3 pessoas residentes com 65 ou mais anos por cada 100 jovens entre os 0 e 14 anos, valor mais baixo em 10 anos.

Índice de envelhecimento			
Ano	Concelho de Lisboa	Região Lisboa	Portugal
2004	195,3	104,5	107,6
2005	196,1	105,7	109,3
2006	197,5	107,3	111,5
2007	198,9	109,0	113,8
2008	199,6	111,0	116,4
2009	199,2	113,5	119,3
2010	201,2	117,4	123,9
2011	200,3	119,7	127,6
2012	197,7	122,1	131,1
2013	194,4	125,4	136,0
2014	189,3	128,5	141,3

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 201,2, em 2010
Valor mais baixo: 189,3 em 2014
Variação mais elevada face ao ano anterior: - 5,1 valores em 2014
Variação mais baixa face ao ano anterior: -0,4 valores em 2009

Índice de Dependência de Idosos

Definição

Relação entre a população idosa e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas com 15-64 anos).

Dados

Unidade: percentagem
Série Cronológica: 2004-2012 (anual)
Periodicidade: anual
Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

Evolução

Desde 2004 que o valor deste índice aumenta todos os anos e em todos os territórios, fruto da evolução demográfica que se tem registado em Portugal.
A nível nacional esse aumento atingiu em 2014 a maior expressão face a período homólogo, registando perto de 31 idosos por cada 100 pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

Comportamento de Lisboa face à região e ao país

O Índice de Dependência de Idosos em Lisboa é o mais alto dos três territórios, aumentando sempre desde 2004, com variações face ao ano anterior sucessivamente superiores até atingirem variações anuais de 1,6 p.p. (2012 e 2013), igualmente maiores do que as verificadas na região e no país, pelo que a tendência tem sido a de se acentuar a diferença entre Lisboa e os restantes territórios. Em 2004 a diferença entre Lisboa e Portugal era de 13 pontos, tendo em 2014 aumentado para os 17. Neste último ano havia em Lisboa 48 idosos por cada 100 pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

Índice de dependência de idosos			
Ano	Concelho Lisboa	Região Lisboa	Portugal
2004	38,9	24,1	25,7
2005	39,3	24,6	26,0
2006	39,8	25,1	26,3
2007	40,3	25,6	26,6
2008	41,0	26,3	27,0
2009	41,8	27,0	27,5
2010	42,8	28,1	28,2
2011	43,9	29,0	28,8
2012	45,5	30,0	29,4
2013	47,1	31,2	30,3
2014	48,4	32,1	31,1

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 48,4, em 2014
Valor mais baixo: 38,9 em 2004
Variação mais elevada face ao ano anterior: 1,6 em 2012 e 2013
Variação mais baixa face ao ano anterior: 0,4 em 2004

Demografia

Índice de Dependência de Jovens

Definição

Relação entre a população jovem e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com menos de 15 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

Dados

Série Cronológica: 2004-2014
Periodicidade: anual
Unidade: número
Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente
Cálculos: OLCPL

Evolução

A nível nacional, o Índice de Dependência de Jovens (IDJ) diminui todos os anos, decrescendo 1,9 pontos entre 2004 e 2014, com ligeiras quebras em todos os anos da série, entre os 0,1 e os 0,2 pontos, significando uma redução da população residente entre os 0-14 anos.
Contrariamente, na região e no concelho de Lisboa ao longo da série de anos observa-se o aumento do IDJ, existindo um crescimento do número de jovens entre os 0-14 anos por cada 100 pessoas em idade activa.
A partir de 2012 o concelho de Lisboa supera o país no que diz respeito a este índice, acontecendo cenário semelhante em 2014 também face à região.

Comportamento de Lisboa face à região e ao país

Lisboa regista o maior aumento do IDJ (mais 4,6 pontos) nestes dez anos em análise. Sendo em 2004 o território com um índice menor, atingiu em 2014 um registo superior ao do país e à região (por cada 100 pessoas em idade activa, existiam 25 jovens). Até 2009 Lisboa apresentava um aumento do índice de 0,1 a 0,2 pontos por ano, mas a partir de 2009 esta variação aumenou para valores que chegam a 1,3 em 2013.

Índice de dependência de jovens			
Ano	**Concelho Lisboa**	**Região Lisboa**	**Portugal**
2004	19,9	23,0	23,9
2005	20,0	23,2	23,8
2006	20,2	23,4	23,6
2007	20,3	23,5	23,4
2008	20,5	23,7	23,2
2009	21,0	23,8	23,0
2010	21,3	23,9	22,8
2011	22,1	24,2	22,6
2012	23,2	24,6	22,5
2013	24,5	24,9	22,3
2014	25,6	25,0	22,0

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 25,6 em 2014
Valor mais baixo: 19,9 em 2004
Variação mais elevada face ao ano anterior: 1,3 valores em 2013
Variação mais baixa face ao ano anterior: 0,1 valores em 2005 e 2007

Demografia

Índice de Longevidade

Definição

Relação entre a população mais idosa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos.

Dados

Série Cronológica: 2004-2014
Periodicidade: anual
Unidade: número
Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente
Cálculo: OLCPL

Evolução

A crescente longevidade da população tem fomentado o aumento deste índice, em todos os territórios e em todos os anos, com excepção de 2014 em Portugal e no concelho de Lisboa.
A análise deste índice é importante para se sinalizar e projectar o tipo de respostas sociais mais adequado à população idosa, bem como diferenciar essas respostas em função de um leque de necessidade mais heterogéneo e complexo do que o existente há algumas décadas.

Comportamento de Lisboa face à região e ao país

Em Lisboa a população com 75 ou mais anos soma, desde 2006, mais de metade da população idosa, facto que não se regista nem no país nem na região, as quais registam em 2012 uma taxa inferior à verificada em Lisboa em 2004, o que revela bem a disparidade existente entre estes territórios.
A partir de 2007, o aumento deste índice, comparativamente a período homólogo no concelho, passa a ser gradualmente inferior, verificando-se nos dois últimos anos uma redução ligeira do índice, algo que anteriormente nunca tinha acontecido, passando a residir em Lisboa 54 pessoas com 75 ou mais anos por cada 100 idosos.
No entanto, este valor continua a ser superior aos restantes territórios aqui apresentados, existindo em Lisboa, face à região, mais 8 pessoas com 75 ou mais anos entre o grupo dos 65 ou mais anos.

Índice de longevidade			
Ano	Concelho Lisboa	Região Lisboa	Portugal
2004	47,8	41,7	43,4
2005	49,4	42,4	44,1
2006	50,5	43,2	45,1
2007	51,8	44,0	46,0
2008	52,6	44,4	46,7
2009	53,0	44,5	47,2
2010	53,6	45,1	47,9
2011	54,0	45,6	48,6
2012	54,2	45,8	48,9
2013	54,1	45,9	49,0
2014	54,0	46,0	49,1

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 54,2 em 2012
Valor mais baixo: 47,8 em 2004
Variação absoluta mais elevada face ao ano anterior: 1,6 valores em 2005
Variação absoluta mais baixa face ao ano anterior: - 0,1 valores em 2013 e 2014

Demografia

Índice de Renovação da População em Idade Activa

Definição

Relação entre a população que potencialmente está a entrar e a que está a sair do mercado de trabalho, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos

Dados

Série Cronológica: 2004-2014
Periodicidade: anual
Unidade: número
Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente
Cálculos: OLCPL

Evolução

A evolução deste índice é claramente negativa em qualquer dos territórios. Partindo de uma situação em que existiam mais pessoas com idades entre 20 e os 29 anos do que entre os 55 e os 64 anos, essa proporção inverte-se provocando uma forte diminuição do índice de renovação da população em idade activa.

Comportamento de Lisboa face à região e ao país

Lisboa apresenta em toda a série temporal, uma menor capacidade potencial de renovação face aos restantes territórios. Se bem que a variação anual em Lisboa seja mais reduzida que na Região e no País durante a maior parte dos anos, a partir de 2011 e até 2013 esta situação altera-se, com o concelho a apresentar maior quebra que as restantes áreas geográficas, sofrendo uma redução em 2012 superior a 6%, valor que nunca havia sido tão acentuado em qualquer dos anos em análise. Em 2013 e 2014, esta tendência mantêm-se, existindo por cada 100 pessoas com idades entre os 55 e os 64 anos, 64 com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos.

Índice de renovação da população em idade activa			
Ano	Concelho Lisboa	Região Lisboa	Portugal
2004	104,8	118,5	131,0
2005	99,7	111,4	124,4
2006	95,1	104,7	117,1
2007	90,9	98,7	110,4
2008	88,3	95,3	105,1
2009	86,6	92,8	100,6
2010	85,3	90,7	96,2
2011	80,4	89,1	93,0
2012	74,2	86,1	88,8
2013	69,2	84,4	86,2
2014	64,9	82,8	83,5

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 104,8 em 2004
Valor mais baixo: 64,9 em 2014
Variação absoluta mais elevada face ao ano anterior: - 6,2 valores em 2012
Variação absoluta mais baixa face ao ano anterior: - 1,3 valores em 2010

Demografia - Síntese

Síntese Demografia – concelho de Lisboa

Síntese resultante da média aritmética simples de números índice, com base no ano 2008, de quatro índices: de renovação, de envelhecimento e de dependência de jovens e idosos.

Dados

Série cronológica: 2008 – 2012

Periodicidade: anual

Unidade: %

Cálculos: OLCP

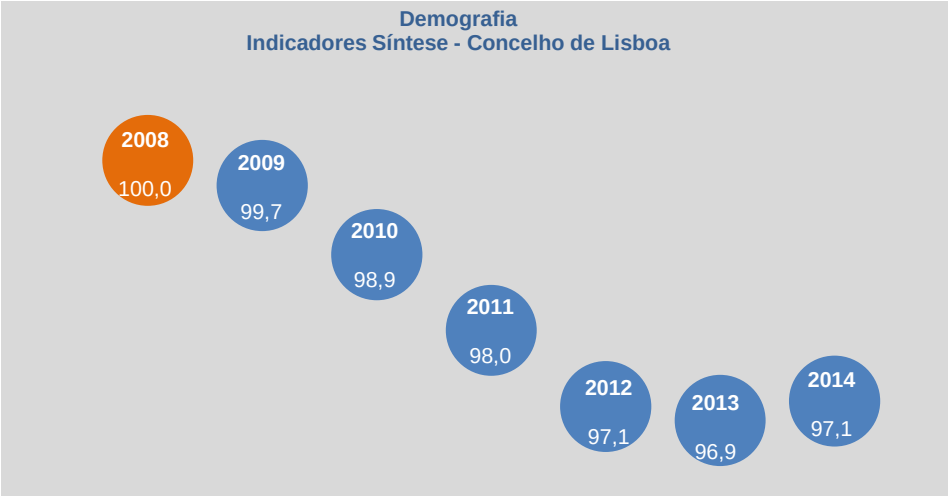
Evolução

A síntese dos números índice da área Demografia apresenta uma deterioração contínua do seu valor, sendo os anos 2012 e 2013 os que apresentam os valores mais baixos da série cronológica em análise.

Os indicadores que mais contribuem para este comportamento são sobretudo o índice de dependência de idosos, que aumenta constantemente ao longo dos anos, revelando um aumento da população idosa face aos residentes entre os 15-64 anos, e o índice de renovação da população em idade activa, com redução sucessiva dos seus valores, revelando uma baixa capacidade de substituição de gerações.

Números Índice - Concelho Lisboa

Ano	Índice Envelhecimento	Índice Dependência Idosos	Índice Renovação	Índice Dependência Jovens	Média
2008	100	100	100	100	100
2009	100,2	98,1	98,1	102,4	99,7
2010	99,2	95,8	96,6	103,9	98,9
2011	99,7	93,4	91,1	107,8	98,0
2012	101,0	90,1	84,0	113,2	97,1
2013	102,7	87,0	78,4	119,5	96,9
2014	105,4	84,7	73,5	124,9	97,1



Saúde

Pelos constrangimentos já mencionados anteriormente no que diz respeito, nomeadamente, à dificuldade encontrada na identificação de indicadores da área da saúde que possam estar relacionados estreitamente com situações de vulnerabilidade social, à falta de uma série cronológica que permita efectuar uma análise temporal adequada, quer ainda por falta de informação relativa ao âmbito geográfico eleito, não é possível apresentar neste documento uma síntese do domínio da saúde tal como é efectuada nos demais.

Contudo, apesar do não cumprimento destes requisitos chave, pela relevância que a área da saúde apresenta na caracterização e posicionamento das sociedades face à coesão social e, também com o intuito de reflectir, quer as conversas que foram tidas com profissionais da área, quer a análise mais qualitativa de diversos documentos, foi tomada a decisão de não deixar em branco este domínio, sinalizando e apresentando alguns dos indicadores e áreas que poderão vir a ser seleccionados como indicadores chave para análise futura.

Deste modo, durante a fase de pesquisa foi possível identificar algumas linhas de relação, umas mais evidentes que outras, e que deverão ser aprofundadas e (re) validadas no futuro, entre as quais:

- face a situações de crise social e económica, o consumo de substâncias psicoactivas regista um incremento, associando-se frequentemente estes comportamentos à privação económica e social (in Retrato da Saúde em Lisboa)

- a pobreza é grande aliada da tuberculose, sendo este problema cada vez mais agudo em Portugal (in Observatório Nacional das Doenças Respiratórias)

- o aumento significativo de pessoas em situação de pobreza é terreno propício para o aumento da prevalência das doenças respiratórias crónicas e das infecções respiratórias (in Observatório Nacional das Doenças Respiratórias)

- evidência crescente da correlação directa entre a prevalência de doença mental e as desigualdades sociais (in CSDH – Commission on Social Determinants of Health)

Devido à incerteza existente face à obtenção de informação relativa aos indicadores da dimensão da saúde e ao âmbito geográfico dos mesmos, de seguida apresenta-se uma potencial listagem, não sendo no entanto identificado o nível a que pertencerão, pretendendo-se que no futuro tal seja possível.

Saúde

Dificuldades da população residente

Definição

Dificuldades da população residente, tipo de dificuldade (ver, ouvir, andar ou subir degraus, memória ou concentração, tomar banho ou vestir-se sozinho, compreender os outros ou fazer-se compreender) e grau de dificuldade (tem muita dificuldade em efectuar a acção, não consegue efectuar a acção, não tem dificuldade ou tem pouca em efectuar a acção)

Dados

Série Cronológica: 2011

Periodicidade: decenal

Unidade: número e %

Fonte: INE, Censos da População

Cálculos: OLCPL

Breve análise

Este indicador recolhido nos Censos da População em 2011 permite, ainda que de forma genérica, perceber o estado da saúde da população nas diferentes áreas questionadas, nomeadamente, visão, audição, mobilidade, destreza física e intelectual.

Sendo necessário complementar com outro tipo de informação, este dado cruzado com o total da população residente, possibilita verificar que cerca de 38% da população residente, quer no concelho de Lisboa como em Portugal, possui muita dificuldade ou não consegue mesmo efectuar algum tipo de acção relacionada com as áreas atrás descritas.

O cruzamento deste indicador com o género e o escalão etário permitirá aprofundar a análise.

	Pop. residente	Muita dificuldade/Não consegue efectuar a acção	Pop. Residente vs Muita dificuldade/Não consegue efectuar a acção (%)
Portugal	10.562.178	3.960.544	37,5%
Concelho Lisboa	547.733	207.228	37,8%

Saúde

Utentes do Serviço Nacional de Saúde inscritos nos Cuidados de Saúde Primários com insuficiência económica

Definição

Os Cuidados de Saúde Primários (CSP), constituem a principal estrutura de um sistema de saúde, quer pela dimensão de problemas de saúde que resolvem, quer pela diversidade de intervenções que asseguram. Representam o primeiro nível de contacto dos indivíduos, da família e da comunidade com o sistema nacional de saúde pelo qual os cuidados de saúde são levados o mais proximamente possível aos lugares onde as pessoas vivem e trabalham, e constituem o primeiro elemento de um continuado processo de assistência à saúde.

Insuficiência económica: consideram-se em situação de insuficiência económica, para efeitos de isenção de pagamento de taxas moderadoras e de outros encargos de que dependa o acesso às prestações de saúde, os utentes que integrem um agregado familiar cujo rendimento médio mensal, dividido pelo número de pessoas a quem cabe a direcção do agregado familiar (sujeitos passivos ao nível da declaração de IRS) seja igual ou inferior a 1,5 vezes o valor do indexante de apoios sociais (IAS), correspondente, em 2012, a € 419,22.

Dados

Ano: 2012

Periodicidade: -

Unidade: número e %

Fonte: PORI – Plano Operacional de Respostas Integradas, Concelho de Lisboa, ARSLVT

Breve análise

Os dados aos quais se conseguiu aceder relativos aos Utentes do Serviço Nacional de Saúde inscritos nos Cuidados de Saúde Primários permite-nos tirar ligeiras ilações, nomeadamente, quando olhamos para a variável “Utentes em situação de insuficiência económica”. De acordo com a definição atrás descrita, em 2012 eram considerados com insuficiência económica os agregados familiares cujo rendimento máximo disponível equivalesse a 419,22€. Neste sentido, podemos concluir que no concelho de Lisboa 18% dos residentes, nesse ano, encontravam-se em situação de precariedade social, valor acima da Grande Lisboa 1,4 p.p.e inferior a Portugal 1 p.p.

	Total de inscritos	Utentes em situação de insuficiência económica	%
Região Lisboa	3.742.433	730.563	19,5%
Grande Lisboa	2.011.745	342.672	17,0%
Concelho Lisboa	535.608	98.356	18,4%

Saúde

Utentes da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) com cartão de saúde

Definição

Para aceder aos cuidados de saúde que são disponibilizados pelas Unidades de Saúde da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, é necessário possuir o Cartão de Saúde. Existem 4 escalões de comparticipação, mediante avaliação da situação socioeconómica. Esta avaliação pode ser dispensada a pedido do utente, sendo-lhe atribuído o 4.º escalão. O 1.º escalão permite o acesso gratuito aos serviços de saúde.

Dados

Série Cronológica: 2008-2014

Periodicidade: anual

Unidade: número

Fonte: Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML)

Cálculos: OLCPL

Evolução

A partir do ano 2009 o número de utentes da SCML com cartão de saúde registou um aumento significativo, abrangendo 23.997 pessoas em 2013.

Os anos de 2010, 2011 e 2013 foram os que face a período homólogo registaram um maior incremento: 13,1 p.p., 7,5 p.p. e 6,7 p.p. respectivamente.

Esta análise no futuro deverá ser complementada com informação relativa aos escalões.

Utentes da SCML com cartão de saúde	
2008	18.658
2009	17.897
2010	20.238
2011	21.755
2012	22.488
2013	23.997

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 23.997 em 2013
Valor mais baixo: 17.897 em 2009
Variação absoluta mais elevada face ao ano anterior: 2341 valores em 2010
Variação absoluta mais baixa face ao ano anterior: 733 valores em 2012
Variação percentual mais elevada face ao ano anterior: 13,1 p.p em 2010
Variação percentual mais baixa face ao ano anterior: 3,4 p.p. em 2012

Apoio Social de Emergência

Apesar de o "Apoio Social de Emergência" não constituir uma das dimensões que fazem parte da consensualização a nível europeu e mundial para análise da coesão social, considerou-se pertinente adicionar esta área à análise pelo facto de a poder complementar e enriquecer.

Mantendo a perspectiva já abordada inicialmente nos documentos do Referencial Estratégico de que o apoio social de emergência não se enquadra nas medidas estruturais de combate à pobreza, estando situado noutro nível, a verdade é que as acções de emergência e de carácter assistencialista em determinadas circunstâncias são necessárias permitindo que outras iniciativas de carácter mais estrutural ganhem fôlego.

Seguindo esta linha de pensamento, esta é uma vertente que se revela pertinente para a análise do nível de vulnerabilidade da população residente na cidade de Lisboa, de modo a que, em conjunto com a leitura das restantes dimensões, permita retirar igualmente ilações, ao nível de medidas e/ou políticas concretas, de carácter reparador e autonomizante, mas também preventivo.

Devido às suas características esta área não possui a categorização de indicadores em níveis

Apoio Social de Emergência

Nº pessoas apoiadas pelo Banco Alimentar Contra a Fome de Lisboa

Nº atendimentos - Atendimento Social de Emergência (SCML)

Nº de processos abertos (utentes novos) – Atendimento Social de Emergência

da SCML

Nº de pessoas apoiadas pelos serviços sociais da AMI

Apoio Social de Emergência

Nº de pessoas apoiadas pelo Banco Alimentar de Lisboa

Definição

Pessoas apoiadas pelo Banco Alimentar Contra a Fome de Lisboa com cabazes alimentares.

Dados

Série Cronológica: 2008-2014

Periodicidade: anual

Unidade: número

Fonte: Banco Alimentar Lisboa

Cálculos: OLCPL

Evolução

O número de pessoas apoiadas pelo Banco Alimentar Contra a Fome de Lisboa registou ao longo da série aqui apresentada um aumento gradual até ao ano 2013, tendência esta interrompida em 2014, onde se registou uma ligeira redução (0,7 p.p).

O ano de maior destaque é o de 2012, onde se verificou um acréscimo de 2.448 pessoas apoiadas, significando um incremento de 16% face a período homólogo.

	Nº de pessoas apoiadas pelo Banco Alimentar de Lisboa
2008	13.336
2009	13.491
2010	14.360
2011	15.182
2012	17.630
2013	18.394
2014	18.273

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 18.394 em 2013
Valor mais baixo: 13.336 em 2008
Variação absoluta mais elevada face ao ano anterior: 2.448 em 2012
Variação absoluta mais baixa face ao ano anterior: - 121 valores em 2014
Variação percentual mais elevada face ao ano anterior: 16,1 p.p em 2012
Variação percentual mais baixa face ao ano anterior: -0,7 p.p em 2014

Apoio Social de Emergência

Nº de atendimentos – Atendimento Social de Emergência da SCML

Definição

Apoio a situações de emergência social ocorridas no concelho de Lisboa, entre as quais se encontram pessoas sem-abrigo e/ou com domicílio instável.

Dados

Série Cronológica: 2008-2014

Periodicidade: anual

Unidade: número

Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML)

Cálculos: OLCPL

Evolução

Ao longo da série cronológica apresentada é revelador o aumento crescente de situações de emergência social atendidas pelos serviços da SCML.

Face a período homólogo, o ano de 2009 foi o período que registou um maior crescimento, 37 p.p.

Este crescimento gradual foi quebrado em 2012, verificando-se uma redução de 6 p. p. face a 2011.Contudo esta redução não se verificou no ano seguinte, sendo 2013 o ano com o valor mais elevado de atendimentos e com o segundo maior aumento percentual face ao ano anterior (12,7 p.p.)

Atendimento Social de Emergência (SCML) - N.º de atendimentos	
2008	6.035
2009	8.285
2010	9.320
2011	9.471
2012	8.907
2013	10.042
2014	9.278

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 10.042 em 2013
Valor mais baixo: 6.035 em 2008
Variação absoluta mais elevada face ao ano anterior: 2.250 em 2009
Variação absoluta mais baixa face ao ano anterior: 151 valores em 2011
Variação percentual mais elevada face ao ano anterior: 37,3 p.p em 2019
Variação percentual mais baixa face ao ano anterior: -1,6 p.p em 2011

Apoio Social de Emergência

Nº de processos abertos (utentes novos) – Atendimento Social de Emergência da SCML

Definição

Apoio a situações de emergência social ocorridas no concelho de Lisboa a utentes novos e respectiva abertura de processo, entre as quais se encontram pessoas sem-abrigo e/ou com domicílio instável.

Dados

Série Cronológica: 2008-2014

Periodicidade: anual

Unidade: número

Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML)

Cálculos: OLCPL

Evolução

O número de novos utentes com processo aberto nas unidades de atendimento social de emergência da SCML sofreu ao longo do período em análise, algumas oscilações. Entre 2008 e 2010 o número de novos utentes que abriram processo no Atendimento Social de Emergência da SCML equivaleu a um crescimento de cerca de 52%. Contudo, este cenário foi contrariado nos dois anos seguintes, onde se verificou uma redução de 24 p.p. Esta tendência de diminuição volta a esbater-se nos dois anos seguintes, registando-se em 2014 o valor mais elevado da série.

Atendimento Social de Emergência (SCML) -N.º de processos abertos (utentes novos)	
2008	534
2009	616
2010	810
2011	607
2012	617
2013	736
2014	896

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 896 em 2014
Valor mais baixo: 534 em 2008
Variação absoluta mais elevada face ao ano anterior: -203 em 2011
Variação absoluta mais baixa face ao ano anterior: 10 valores em 2012
Variação percentual mais elevada face ao ano anterior: 31,5 p.p em 2010
Variação percentual mais baixa face ao ano anterior: 1,6 p.p em 2012

Apoio Social de Emergência

Nº de pessoas apoiadas pelos Centros Porta Amiga Lisboa – Assistência Médica Internacional (AMI)

Definição

Número de pessoas apoiadas pelos diversos serviços sociais disponibilizados pelos equipamentos da AMI na cidade de Lisboa.

Dados

Série Cronológica: 2008-2014

Periodicidade: anual

Unidade: número

Fonte: AMI - Assistência Médica Internacional

Cálculos: OLCPL

Evolução

O número de pessoas apoiadas pelos Centros Porta Amiga situados na cidade de Lisboa até 2013 registaram um crescimento, tendo sido a sua variação percentual maior entre 2009 e 2010 (24,2 p.p.).

Apesar do aumento gradual entre 2008-2013, este foi atenuando ligeiramente, verificando-se uma diminuição em 2014 no número de pessoas apoiadas pelos CPA, chegando a valores de 2011, contudo continuando superior ao verificado nos três primeiros anos.

	Nº de pessoas apoiadas pelos Centros Porta Amiga Lisboa - AMI
2008	2.464
2009	2.583
2010	3.209
2011	3.935
2012	4.151
2013	4.197
2014	3.934

Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 4.197 em 2013
Valor mais baixo: 2.5464 em 2008
Variação absoluta mais elevada face ao ano anterior: 726 valores em 2011
Variação absoluta mais baixa face ao ano anterior: 46 valores em 2013
Variação percentual mais elevada face ao ano anterior: 24 p.p em 2010
Variação percentual mais baixa face ao ano anterior: 1 p.p em 2013

Apoio Social de Emergência

Nº de pessoas apoiadas pelos Centros Porta Amiga Lisboa - AMI

Síntese

Síntese resultante da média aritmética simples de números índice, com base no ano 2008, de quatro índices: Pessoas apoiadas pelo Banco Alimentar Contra a Fome de Lisboa, Nº de atendimentos – Atendimento Social de Emergência SCML, Nº de processos abertos – utentes novos - Atendimento Social de Emergência SCML, Pessoas apoiadas Centros Porta Amiga Lisboa (AMI).

Evolução

A redução constante ao longo dos anos dos números índice do domínio "Apoio Social de Emergência" significa um agravamento dos indicadores que compõem o mesmo e, como tal, um contributo negativo na evolução do índice geral de coesão social, reflectindo um aumento da precariedade das condições de vida da população residente na cidade de Lisboa no período em análise.

Números Índice - Concelho Lisboa

3. Referencial Estratégico – considerações finais

Findo o período de vigência do Plano de Desenvolvimento Social da Cidade de Lisboa 2013-2015, encontra-se também finalizada a missão atribuída ao Observatório de luta contra a Pobreza na cidade de Lisboa no que diz respeito ao seu contributo para este plano em concreto.

Contudo, o modelo de instrumento criado e designado como "Referencial Estratégico" cujo intuito é servir de monitorização da coesão da cidade de Lisboa, não se encontra de todo concluído. Aliás, um sinal da sua vivacidade está exactamente na sua constante evolução, seja em termos na procura de novos indicadores que respondam mais eficazmente ao propósito estabelecido, quer na sua ampliação para outros âmbitos de análise, afunilando o objecto de estudo para dimensões que, até ao momento, não foi possível explorar, como é o caso do género, idade, escolaridade por exemplo, ou ainda para âmbitos geográficos mais micro, como é as freguesias. Partindo desta metodologia já experimentada, será inclusive possível e desejável alargá-la a uma análise comparativa entre territórios, permitindo avaliar o comportamento desse índice no tempo e no espaço,

Esta é uma tarefa a que o Observatório se compromete a dar continuidade concretizando assim a sua missão de conhecimento da realidade socioeconómica da cidade de Lisboa através da adopção de metodologias e construção de instrumentos que permitam apoiar a tomada de decisões estratégicas e a adopção de medidas concretas destinadas à inclusão social.

No entanto, estamos conscientes que o sucesso depende em muito da consciencialização das diversas fontes de informação para a disponibilização de informação, tornando-a acessível a todos os que têm o intuito de conhecer a realidade social da cidade de Lisboa.

Este trabalho de sensibilização efectuado pelo Observatório desde a sua criação, e mais intensificado ao longo dos três anos de vigência do PDS 2013-2015, terá que continuar a ser feito por todos os que desenvolvem trabalho na área social, de modo a tornar o conhecimento o elemento chave para a actuação eficiente e eficaz.

O Referencial estratégico para monitorização da coesão social da cidade de Lisboa, pretende assim ser um instrumento de utilidade prática, seja para o poder local, seja para os diversos actores sociais de desenvolvimento local, de modo a responder a necessidades quer de carácter reparador e autonomizante, quer de nível mais preventivo, constituindo-se como uma referência na cidade.

ANEXO 1

(contactos estabelecidos)

Tabela nº 1: Contactos estabelecidos

Entidade	Informação solicitada (IS)/disponibilizada (ID)
Câmara Municipal de Lisboa/Departamento de Desenvolvimento Social	Fundo de Emergência Social
Câmara Municipal de Lisboa/Departamento de Habitação	Pedidos de habitação municipal ao abrigo do RRAHM, Subsídio Municipal de Arrendamento (SMA), Programa Renda Convencionada, Programa reabilita primeiro paga depois
Câmara Municipal de Lisboa/ Departamento de Educação	Dados relativos à acção social escolar pré-escolar e 1º ciclo EB
Banco Alimentar de Lisboa	Dados relativos a famílias e pessoas beneficiárias de cabazes alimentares
ISS – Instituto da Segurança Social, IP	Dados relativos às diferentes prestações sociais e pensões
Epal	Dados relativos aos clientes da EPAl, nomeadamente, pagamentos em atraso, cortes de fornecimento de água, pedidos de tarifa social
Deco – Gabinete de Sobreendividamento	Dados relativos às famílias que recorrem ao Gabinete de Apoio ao Sobreendividado
IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional	Desempregados inscritos nos centros de emprego
DGERT – Direcção Geral Emprego Relações Trabalho	Nº de despedimentos colectivos; nº de empresas em processo de despedimento colectivo
AMI – Assistência Médica Internacional	População Apoiada pelos Equipamentos Sociais da AMI
SCML – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	População Apoiada pelos Equipamentos Sociais da SCML
ARS LVT - Administração Regional de Saúde Lisboa e Vale do Tejo/ Núcleo de Estudo e Planeamento e Delegado de Saúde Regional	Indicadores da área da saúde que possam estar relacionados com situações de vulnerabilidade social e sinalização de respectivas fontes.
ACES - Agrupamento de Centros de Saúde, Lisboa Norte	Identificar indicadores da área da saúde que possam estar relacionados com situações de vulnerabilidade social e sinalização de respectivas fontes.
Representante da ARS no grupo de trabalho do Diagnóstico da Plataforma para a Área do Envelhecimento	Reunião realizada com Drª Clara Pais – representante da ARS - no âmbito do subgrupo de trabalho do Diagnóstico da Plataforma para a Área do Envelhecimento
ACSS - Administração Central do Sistema de Saúde	Pedido de reunião solicitada.
DGE - Direcção Geral de Educação	Pedido de reunião solicitada ao Subdirector Geral da Direcção Geral de Educação. Resposta a informar que seria mais adequado efectuarmos o contacto com a Direcção Geral dos Estabelecimentos Escolares.
DGEEC - MEC - Direcção Geral de Estatísticas de Educação	Taxa bruta e real de escolaridade

(cont.)

DGEstE - Direcção Geral dos Estabelecimentos Escolares	Alunos concluíram/não concluíram Alunos transitados/não transitados Alunos abandonaram Acção social (básico e secundário)
DRE LVT - Delegação Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo	Envio de email com pedido de colaboração através da disponibilização de indicadores relacionados com a área da educação.
Secretaria de Estado do Ensino e Administração Escolar	Envio de informação relativa ao Programa PERA do ano lectivo 2012/2013 e 2013/2014.
ANEP - Associação Nacional de Escolas Profissionais,	Pedido de colaboração através da disponibilização de indicadores relacionados com o ensino profissional privado no concelho de Lisboa.
ANQEP - Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional	Informação relacionada com os Centros Novas Oportunidades.
UL - Universidade de Lisboa, Serviços de Acção Social e Reitoria	P de colaboração através da disponibilização de indicadores relacionados com alunos do ensino superior beneficiários de acção social.
INE – Instituto Nacional de Estatística	Reunião realizada com a Presidente do INE, Drª Alda Carvalho, com o objectivo principal de saber qual a possibilidade de se produzir informação sobre o concelho de Lisboa até ao momento inexistente, bem como, realização de estudos temáticos específicos sobre a cidade.
CPCJ - Comissão Protecção Crianças e Jovens Lisboa	Reunião realizada com os representantes da CPCJ Ocidental, Oriental e Norte com o intuito de obter informação relacionada com os processos anuais activos
CNPCJR	Reunião realizada com representante da CNPCJR, Dr. Paulo Macedo com vista a obter informação nacional e regional sobre os processos anuais activos.
Rede Médicos Sentinela	Reunião realizada com representante da Rede Médicos Sentinela com o intuito de sinalizar indicadores da área da Saúde que possam estar associados a situações de carência económica e social.
ARSLVT- Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências	
GEP MSSS	Solicitação de dados referentes aos Quadros de Pessoal.
SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	Reunião realizada com o Gabinete de Estudos, Planeamento e Formação.

ANEXO 2

(Lista dos indicadores utilizados para o Referencial Estratégico)

INDICADORES RENDIMENTO E MEIOS DE VIDA

Indicadores de nível 1

Subsídios de desemprego - beneficiários

Subsídios de desemprego – valor processado

Rendimento Social Inserção - beneficiários

Abono de Família – Beneficiários

Abono de Família – Valor processado

Complemento Solidário Idosos

Venda de automóveis ligeiros

Indicadores de nível 2

Ganho médio mensal (€)

IpC –Poder de compra concelhio

Indicador de poder de compra *per capita*

Indicadores de alerta

Subsídios de desemprego - beneficiários

Rendimento Social Inserção - beneficiários

INDICADORES MERCADO DE TRABALHO

Indicadores de nível 1

Estabelecimentos

Pessoal ao serviço dos estabelecimentos

Desempregados inscritos (nº)

Indicadores de nível 2

Taxa de emprego

Taxa de desemprego

Indicadores de alerta

Despedimentos em processos colectivos

Desempregados inscritos nos Centros de Emprego

INDICADORES EDUCAÇÃO

Indicadores nível 1:

Taxa bruta de escolarização ensino básico

Taxa bruta de escolarização ensino secundário

Taxa retenção e desistência ensino básico

Taxa retenção e desistência ensino secundário

Crianças inscritas na educação pré-escolar com apoio social escolar

Alunos matriculados no 1º. Ciclo do ensino básico com apoio social escolar

Indicadores nível 2:

Taxa de analfabetismo

Taxa de abandono escolar

Escolaridade da população residente

INDICADORES HABITAÇÃO

Indicadores Nível 1

Nº de pedidos de habitação municipal

Corte de água efectuados/Nº avisos corte emitidos

Consumo de gás butano

Consumo de energia eléctrica por consumidor doméstico

Indicadores Nível 2

Despesa anual média por agregado – habitação (%)

Escalão do valor da renda dos alojamentos clássicos (%)

Indicadores de alerta

Corte de água efectuados/Nº avisos corte emitidos

INDICADORES POPULAÇÃO

Indicadores

- População residente
- Índice Envelhecimento
- Índice Dependência Idosos
- Índice de Dependência de Jovens
- Índice de Longevidade
- Índice de Renovação

INDICADORES SAÚDE

Indicadores

- Dificuldades da população residente
- N.º de beneficiários com cartão de saúde - (SCML)
- Utentes do Serviço Nacional de Saúde inscritos nos Cuidados de Saúde Primários com insuficiência económica

INDICADORES APOIO SOCIAL DE EMERGÊNCIA

Indicadores

- Nº de pessoas apoiadas pelos serviços sociais da AMI
- N.º de atendimentos - Atendimento Social de Emergência - (SCML)
- Nº de processos abertos (utentes novos) – Atendimento Social de Emergência da SCML
- Nº pessoas apoiadas pelo Banco Alimentar de Lisboa